



3º CONGRESSO DO PT

PT CONCEPÇÃO E FUNCIONAMENTO

PT: CONCEPÇÃO E FUNCIONAMENTO

Apresentação

As delegadas e os delegados petistas, eleitos pela base de nosso partido, que participam do 3º Congresso Nacional do PT, têm a tarefa de preparar o PT para o próximo período de enfrentamentos políticos e transformações no país. O programa do PT é de longo prazo e as resoluções aprovadas aqui visam ultrapassar o horizonte eleitoral.

A tese ***Construindo um Novo Brasil*** propõe uma reflexão

sobre o papel do PT em face da sua história e vocação. Uma reflexão sobre os riscos e oportunidades deste momento histórico, reafirmando o compromisso com os ideais de liberdade e combate à desigualdade econômica, social, de gênero, racial, étnica e regional; com o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade; com a democracia, a ética pública e o combate à corrupção; com o fortalecimento e a autonomia dos movimentos sociais; com a inclusão social, a proteção e o fomento da diversidade cultural; com a superação de todas as formas de preconceito e discriminação. Compromissos libertários que, vertidos para a nossa prática política, criam as condições para a construção do socialismo democrático.

Para isso, o PT se reafirma como um partido de massas e de quadros, militante e dirigente. Reconhecemos a autonomia dos movimentos sociais e colocamo-nos ao seu lado na luta por uma sociedade sem explorados e exploradores, estimulando e orientando nossa militância a se engajar nela. Reconhecemo-nos, também, como um partido apto a assumir tarefas de governo, razão pela qual nos cabe o dever de investir na elaboração e sistematização de políticas públicas que componham um efetivo *Modo Petista de Governar e Legislar*.

Somos socialistas e entendemos que os valores do socialismo devem balizar nossa organização partidária. Nossa democracia interna deve estar marcada fortemente por valores que queremos ver inscritos no mundo. Para além da retórica, temos de reconhecer que é preciso dar um passo adiante na nossa forma de organização e convivência e também no relacionamento que mantemos com governos e com a sociedade.

Para que o PT contribua para o aprimoramento da democracia brasileira e para as transformações sociais necessárias, é preciso que o projeto político por nós defendido tenha capilaridade na sociedade. Isto supõe a construção de hegemonia, não apenas de maiorias políticas.

O mesmo raciocínio pode ser usado em relação ao partido. Entendemos que a construção de maiorias partidárias, que são muito importantes para o funcionamento das instâncias, não podem se estabelecer em detrimento de um projeto de hegemonia que pressupõe a conquista de espaços pela força do argumento e da elaboração política.

O 3º Congresso Nacional do PT compreende que houve uma significativa perda do vigor no nosso diálogo com os movimentos sociais e populares, com a intelectualidade e com a nossa militância, uma fragilização do papel da juventude na construção do PT, assim como do papel dos setoriais no equilíbrio entre nossa atuação institucional e as lutas da sociedade. As resoluções deste congresso têm o objetivo de oferecer correções ao partido e fortalecer o vínculo deste com sua militância.

Em 2010, teremos o importante desafio de dar continuidade aos oito anos de transformação do país, quando disputaremos a Presidência da República. Antes disso, porém, em 2008, teremos de apresentar à sociedade um partido articulado internamente e sintonizado com o que a sociedade brasileira espera de nós, considerando que as eleições municipais serão um momento delicado em que as forças conservadoras nos atacarão de todas as formas, legítimas ou não.

O crescimento do Partido dos Trabalhadores e a ampliação de suas responsabilidades institucionais e seu peso político na

sociedade brasileira e latino-americana aumentam significativamente a necessidade de aperfeiçoamento do projeto nacional do partido à luz da utopia de construção de um socialismo democrático.

A superação das desigualdades sociais e políticas e o aperfeiçoamento da democracia, supõem a construção de hegemonia e a ampliação da participação dos trabalhadores e setores excluídos na vida da sociedade brasileira.

Estes objetivos estratégicos - para os quais concorrem fortemente as mudanças em curso no governo Lula - dependem também da ação de um partido forte, democrático e coeso política e ideologicamente. Isso requer o aperfeiçoamento de mecanismos e dinâmicas que proporcionem as condições para a discussão e elaboração política; para a troca de experiências e para a socialização dos marcos teóricos e políticos construídos ao longo de seus 27 anos. Isso requer o fortalecimento dos militantes do PT, seu maior patrimônio.

Por tudo isso, o 3º Congresso não pode exprimir um resultado apenas aritmético, mas tem de representar mudanças reais que confirmam ao partido uma grande vitória política, de conteúdo, algo que se torne uma referência consistente para o PT e para a sociedade.

Setoriais e movimentos sociais e populares

O 3º Congresso Nacional do PT define os Setoriais do Partido como espaço de organização da militância petista nos movimentos sociais com três finalidades básicas:

- a. motivar a organização partidária de filiados/as petistas dos movimentos sociais de cada setor;
- b. elaborar políticas públicas no âmbito partidário para subsidiar programaticamente a ação institucional do Partido;
- c. funcionar como representação institucional do PT em cada setor nas suas relações com os movimentos sociais, as bancadas parlamentares e os governos integrados pelos quadros do Partido.

Milhares de petistas participam dos mais variados movimentos sociais do país. A criação mesma do PT está vinculada a esta inserção, que se mantém com forte capilaridade em todos os estados e municípios onde o PT está inserido.

Ao longo dos anos, essa relação foi se tornando mais complexa por vários fatores. O crescimento dos movimentos sociais incorporou uma militância social não vinculada a partidos políticos. Incorporou ainda uma maior diversidade partidária na sua direção, que disputam espaço com petistas na busca da implementação de suas bandeiras e prioridades de organização. Os movimentos sociais se beneficiam das políticas públicas e dos canais de participação popular, quando abertos pelos governos integrados por petistas. Ao mesmo tempo, a lógica dos movimentos sociais é autônoma em relação aos governos e muitas de suas reivindicações se chocam com definições de governo provocando conflitos institucionais entre Movimentos e Governos e conflitos políticos entre petistas atuantes nos Movimentos e nos Governos.

Neste sentido, os Setoriais se transformam em espaços importantes de articulação destas relações entre partido e

Movimentos Sociais na medida em que assumem, institucionalmente, tarefas como:

- a. promover e atualizar o mapeamento da ação de petistas nos movimentos sociais de seu setor;
- b. desenvolver políticas de filiação ao Partido de militantes dos movimentos sociais de seu setor;
- c. desenvolver políticas de incorporação desses militantes às estruturas de organização de base e formação política do Partido em todos os níveis;
- d. propor e articular a realização de cursos e outros mecanismos de formação para a militância petista dos movimentos sociais de seu setor;
- e. realizar anualmente plenárias setoriais atualizando, em todos os níveis, a política do Partido para o Setor;
- f. realizar periodicamente Seminários temáticos sobre os temas polêmicos do Setor para definir políticas e posicionamentos partidários a serem compartilhados com a direção do PT para orientar a ação dos/as petistas nos movimentos sociais;
- g. manter fóruns de debate virtual e circulação de informações e documentos entre a sua militância.
- h. assumir função mediadora, em nome do Partido, no conflito entre petistas dos movimentos sociais e das frentes institucionais, respeitando-se a autonomia dos entes envolvidos;
- i. elaborar políticas definidas para temas polêmicos de cada setor, em que os Setoriais subsidiem o Partido para que tome decisões sobre os temas relevantes para a sociedade e os movimentos sociais, de forma

a orientar politicamente sua militância e tornar transparente as posições do PT.

Juventude

O PT sempre contou com ampla participação de jovens, muitos militando diretamente no setorial de juventude e outros tantos atuando em diversos setoriais ou diretamente nos diretórios municipais. Hoje, o número de filiados/as jovens, com idade até 29 anos, é de aproximadamente 280 mil.

É preciso que o partido invista e priorize um projeto que consiga alcançar uma juventude de massa, que dialogue com a sociedade e que, principalmente, seja uma clara expressão dos movimentos sociais, incorporando suas bandeiras de lutas e não se resumindo ao movimento estudantil.

Quando do nascimento do PT a participação dos jovens com função de direção era muito vasta, sobretudo porque o PT se constituía como símbolo organizado dos sonhos e esperanças da juventude brasileira. Passados 27 anos da sua fundação, é preciso que o PT compreenda as mudanças de perfis da juventude e as diferenças entre os jovens que se aproximavam do PT nos anos 80 e os que nos vêm hoje, após o amadurecimento de nossas principais lideranças e experiências em governos, crises e acertos e desacertos.

Pensar numa forma de organização de jovens que possibilite um movimento de massas no partido, passa pelo reconhecimento de que o PT deve ser o partido com maior referência na juventude, sobretudo pelo compromisso com a adoção de políticas públicas para as juventudes e, principalmente, pelo compromisso a transformação social.

A crise de 2005 demonstrou a necessidade de repensarmos nossa forma de organização juvenil, considerando que nossa relação com os jovens brasileiros foi duramente atingida e não tivemos pronta-resposta para este setor.

O reconhecimento da especificidade da juventude tem de ser feito num duplo registro: o da sua singularidade com relação a outros momentos da vida; e da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assuma diferentes contornos.

Esse quadro compõe uma série de paradoxos para a atual geração juvenil, dos quais emergem as dificuldades, os dilemas, os desafios e também as possibilidades que os jovens têm à sua frente.

A organização e intervenção junto à juventude será prioridade política para o Partido dos Trabalhadores no próximo período.

Modo petista de governar

É preciso atualizar o modo petista de governar e de atuação parlamentar. Os mandatários petistas devem balizar sua atuação pelo programa do partido, pelo programa de governo apresentado por ocasião das eleições e pelo confronto desses com a realidade política, econômica e social. Cabe ao PT e às suas instâncias permanentemente fazer o acompanhamento crítico e solidário, qualificar sua militância para a intervenção política e oferecer aos seus quadros a formação política necessária para que o conceito de política pública seja desenvolvido.

Por sua composição, os Setoriais se constituem em espaços políticos privilegiados do PT capazes de debater e propor políticas públicas para subsidiar a ação legislativa de suas

bancadas parlamentares quanto à ação de governo de suas equipes na administração pública. O papel elaborador do partido, porém, não se esgota na formulação de programas de governo, mas se estende ao acompanhamento de sua execução.

A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais - SNAI -, por sua vez, e suas correspondentes em estados e municípios, são também espaços de sistematização e elaboração de políticas públicas, devendo acompanhar a atuação de parlamentares e gestores petistas e oferecer-lhes instrumental necessário para que sua atuação institucional seja orientada pelas formulações do PT voltadas à superação das desigualdades, da afirmação de direitos, do desenvolvimento local sustentável, da gestão participativa, transparente e ética.

Sendo assim, cabe ao PT fortalecer os espaços de organização da militância em setoriais e, também, fortalecer o vínculo de gestores e parlamentares, assessores e técnicos, com o partido.

O modo petista de governar e de atuação parlamentar deve ser coerente com a transformação dos valores, do comportamento e das práticas da sociedade.

A SNAI, sob normatização do Diretório Nacional, constituir-se-á como espaço privilegiado de sistematização e elaboração de políticas públicas, devendo, para isso, ter equipe que corresponda às suas atribuições;

A SNAI, e suas correspondentes municipais e estaduais, deve manter espaços permanentes de integração, debates e reflexão com as secretarias setoriais, a juventude petista e a Fundação Perseu Abramo sobre políticas públicas, de forma a se estabelecer nexos qualificados entre as demandas dos

movimentos sociais, os programas que elaboramos e a atuação, no executivo e no legislativo, de petistas e/ou governantes apoiados pelo PT.

À SNAI, juntamente com a Fundação Perseu Abramo, caberá a tarefa de oferecer, periodicamente, cursos de formação de vereadores e demais parlamentares a fim de estimular a reflexão e qualificação de seus mandatos, aproximando-os das concepções de políticas públicas elaboradas pelo PT.

É tarefa da SNAI – e suas correspondentes – estimular a criação de fóruns petistas de gestores cuja organização poderá elevar nossas administrações a altíssimo grau de eficiência política e compromisso socialista.

Formação política

O fortalecimento de nossa militância requer dois processos simultâneos, que se alimentam reciprocamente: o aprimoramento da democracia interna e um sistemático e permanente investimento na formação política.

Trata-se de garantir, em primeiro lugar, que os processos de formação, por seu conteúdo teórico-político e por sua metodologia, contribuam para que os militantes se tornem sujeitos da formulação, das decisões e de uma ação política transformadora tanto junto aos movimentos sociais quanto no plano institucional. Para tanto, a experiência de nossos militantes, em todas as dimensões, deve ser valorizada e considerada. Essa questão requer que tenhamos uma política de formação voltada a diferentes necessidades e experiências.

Por isso, em segundo lugar, é preciso assegurar que a formação política seja estruturada tendo-se em conta a

dimensão continental do Brasil, as dificuldades de funcionamento das instâncias e as limitações de recursos. Nesse caso diferentes modalidades de formação devem ser instituídas e articuladas.

Em terceiro lugar, os crescentes e complexos desafios políticos e as limitações materiais e organizativas tornam ainda mais necessário que as ações de formação deixem de ser episódicas e se desenvolvam de forma a garantir a continuidade e articulação das discussões com os militantes e a utilização plena dos materiais e publicações produzidos pelo partido e pela Fundação Perseu Abramo.

O desenvolvimento de uma política nacional de formação não deve estar baseado apenas na realização de cursos e/ou em encontros presenciais momentâneos.

O PT decide criar a **Escola Nacional do PT** para a elaboração e execução da política de formação a ser constituída pelo Diretório Nacional do PT.

A Escola Nacional do PT terá a finalidade de implementar, em caráter permanente, a política nacional de formação do Partido dos Trabalhadores.

Conforme o artigo 241 do Estatuto do PT, reafirmamos que *“a formação política, coerente com a característica plural e democrática do Partido, deve ser estimuladora do exercício crítico, superando o dogmatismo e a retransmissão de verdades prontas. Sua metodologia deve adotar como base a pluralidade de visões e interpretações existentes no Partido e na sociedade, fazendo do debate, da dúvida e da polêmica, uma estratégia sempre presente em suas atividades”*.

Respeitando a diversidade cultural, regional, étnica e de gênero do país, o Diretório Nacional aprovará as *diretrizes metodológicas e de conteúdo* da Escola Nacional do PT.

Será criada, no âmbito da Escola Nacional do PT, uma rede de apoio e integração entre os gestores de prefeituras e governos estaduais e de parlamentares, chamada de **Redes Formativas**, a ser estruturada com base nos recursos da educação à distância.

A formação presencial e as redes formativas devem estar baseadas nas estruturas estaduais e municipais de formação, nos materiais produzidos pelo PT e pela FPA, e devem dar suporte a pelo menos três dimensões da formação política:

- a. Formação de novos filiados e militantes de base. É fundamental para a construção do partido que os militantes novos ou mesmo aqueles que nunca passaram por uma atividade de formação compreendam as concepções do partido sobre a sociedade brasileira e a democracia; sobre o capitalismo e a perspectiva do socialismo democrático; e sobre os fundamentos da organização partidária. Para isso é necessária a constituição de equipes de formação em cada diretório municipal que, apoiadas pelo diretório estadual, deverão:
 - i. Organizar cursos de formação utilizando os materiais já indicados;
 - ii. Realizar outras atividades de formação como palestras e seminários explorando os materiais oferecidos pela Escola Nacional do PT;

- iii. Motivar os militantes para a leitura e utilização dos materiais indicados como referência nas reuniões partidárias;
 - iv. Motivar os militantes a conhecer as páginas dos portais do PT e da FPA: programas de governo, e a produção dos setoriais;
 - v. Criar pequenas bibliotecas com todos os materiais disponíveis, a exemplo do que já fizeram vários diretórios municipais no país.
- b. Formação de dirigentes das instâncias partidárias e setoriais. A atuação dos dirigentes petistas requer, cada vez mais, a compreensão do que ocorre em escala nacional e internacional em vários campos a partir de abordagens distintas: histórica, política, sociológica etc. Por essa razão, é necessária a realização de cursos sobre o Brasil e sobre relações internacionais e o incentivo à leitura de publicações petistas e o acompanhamento do programa Redes Formativas.
- c. Formação e integração de parlamentares, gestores e militantes dos setoriais e secretarias nacionais. A produção do Partido dos Trabalhadores voltada às políticas de gênero e de promoção da igualdade racial, às políticas ambientais, urbanas, sociais, culturais e econômicas que promovam a garantia de direitos, a diminuição das desigualdades, o desenvolvimento sustentável e a ampliação das esferas públicas de participação social é vasta e significativa. Ainda que insuficientemente sistematizada, constitui um patrimônio considerável

para que se possa seguir lutando pelas mudanças em todo o país.

As redes devem permitir a instituição de fóruns de discussão entre integrantes de um mesmo setorial ou entre os setoriais.

A Escola poderá realizar *convênios* com outras instituições de educação, inclusive para utilização de suas instalações.

O *Regimento Interno* da Escola será aprovado pelo Diretório Nacional até 90 dias após sua instituição.

Direções partidárias

A democracia interna do PT pressupõe que as nossas direções sejam formadas a partir da proporção de votos obtidos pelas chapas concorrentes, que são inscritas juntamente com suas teses, que, por sua vez, refletem suas idéias e propostas. No PT, não há e não deve haver brecha legal para que qualquer pessoa, seja um militante do movimento social, um ministro de Estado, governador ou parlamentar, participe da direção partidária sem passar por esse processo.

O PT não pode ser como os outros partidos, cuja fonte de poder partidário é constituída por quem tem voto na sociedade e não pela força da militância. Para o PT, as idéias e os projetos coletivos devem ter primazia, assim como o estatuto do partido e seu programa.

O PT deve saber valorizar suas lideranças com mandato e atraí-las para a estrutura partidária, valorizando a cultura e a participação nos organismos partidários;

É tarefa dos setoriais do partido manterem intenso contato político com nossa base, devendo, assim, participar ativamente da mobilização de nossa militância;

O PT deve ampliar sua atuação e representatividade nacional, aumentando o vínculo entre as instâncias nacionais e as estaduais.

Diretórios zonais

O PT deve estabelecer mecanismos para viabilizar a sustentação financeira de seus Diretórios Zonais. As etapas zonais do 3º Congresso demonstraram baixo índice de obtenção de quorum, indicando que, possivelmente, há uma preocupante distanciamento entre eles e as direções municipais. Em muitos casos, os DZs não têm sede ou, o que é mais grave, tem baixíssima mobilização política, o que certamente contribuiu para este quadro.

Frente a isto, o PT decide determinar aos Diretórios Municipais que possuem Diretórios Zonais que os estruturarem adequadamente para o pleno desempenho de suas atividades políticas.

Conselhos fiscais e de ética

Não existe partido com mais mecanismos internos de auto-fiscalização que o PT, nem com vida interna mais ativa. Mesmo assim, ainda há espaço para avançarmos na radicalização da democracia interna e da transparência das instâncias do PT. É preciso aumentar o controle dos filiados sobre a direção sem que isso se traduza em burocratização.

Processo de eleições diretas (PED)

No próximo período, temos o compromisso de garantir a

qualidade da democracia interna, a manutenção da proporcionalidade como método de composição das instâncias, o permanente aperfeiçoamento do PED como rico instrumento de democracia participativa.

O PED, implementado em 2001, foi uma grande conquista da militância petista, que não apenas passou a eleger diretamente as direções, mas se constitui num instrumento fundamental de ampliação radical da participação de nossa militância nos processos de tomada de decisão no PT.

Filiações

O processo de filiação no PT sofre de duplo anacronismo. De um lado, temos consciência de que a chegada de novos filiados deve estar acompanhada de uma política de formação em que o recém filiado tenha contato com a direção do PT local e conheça minimamente nossa história, princípios e objetivos. De outro, para que o PT se consolide, definitivamente, como um partido de massa e evite o surgimento ou consolidação de práticas coronelistas, temos de facilitar o acesso de quem quer se filiar ao PT.

Comunicação

É fato que o PT se comunica mal consigo mesmo, o que acaba prejudicando também a interlocução com o conjunto da sociedade. Vinte e sete anos depois de sua fundação, o partido tem hoje mais de 4 mil diretórios e cerca de 900 mil filiados, sendo 60 mil dirigentes. Tem ainda prefeitos, vereadores, governadores, deputados, senadores, ministros e a Presidência

da República, além de milhares de filiados atuando no apoio a esses mandatos e ajudando a consolidar nosso projeto de país na administração pública e nos parlamentos.

Por motivos vários, próprios da dinâmica da política, toda essa estrutura se formou sem que existisse uma política global de comunicação capaz disseminar o debate, unificar a ação, promover a troca de informações entre as instâncias partidárias e dar as diretrizes gerais para a disputa de projetos na sociedade. Essa falta de articulação está na base de muitos dos problemas enfrentados pelo PT nos últimos anos.

Devemos priorizar a criação e manutenção de mecanismos de comunicação do PT com sua base social, de maneira que a busca de construção social de hegemonia seja um projeto político real e não apenas retórica partidária.

Frente a isto, o PT decide criar um Sistema Nacional de Comunicação do PT e uma Política de Gestão da Informação com informatização de todos os processos, como filiações, contribuição financeira e apoio a prefeituras e vereadores.

Implantar a Rede PT Brasil, a “intranet” do PT, que interligará os diretórios nacional, estaduais, municipais e zonais, com a implantação de um sistema de controle de documentação e comunicação interna eficiente.

Convocar para este ano, em data e local a serem definidos pelo DN, uma Conferência Nacional de Comunicação do partido.

A Conferência deverá discutir ainda as estratégias de comunicação do partido para as eleições municipais de 2008, envolvendo nesse processo as instâncias diretamente ligadas ao tema, como diretórios locais, mandatários, possíveis candidatos e as secretarias nacionais de Organização e Assuntos Institucionais.

Finanças

Durante e após o período de crise política dos últimos anos, as finanças partidárias permearam os debates em todas as nossas instâncias, com temas como a sustentação financeira transparente ou modificações do sistema atual de arrecadação. O dado objetivo é que vários mecanismos de arrecadação já foram testados, várias iniciativas, inclusive de novas campanhas de finanças, foram implementadas nas últimas gestões, mas continuamos numa situação financeira terrível, sem conseguir aumentar as finanças próprias e os valores de arrecadação junto aos filiados, mandatários e assessores.

É sabido que um dos pilares mais importantes de nossa arrecadação financeira consistiu na contribuição estatutária dos ocupantes dos cargos eletivos e de confiança. O que temos constatado, porém, é um alto índice de inadimplência e uma dificuldade das instâncias partidárias na cobrança do pagamento dessas obrigações.

Nos últimos anos, incluímos dispositivos em nosso Estatuto e tentamos melhorar o sistema de arrecadação através do SACE, para obter um retorno mais rápido e eficaz. Tal esforço não tem se mostrado suficiente, exatamente porque subterfúgios vêm sendo utilizados para o não cumprimento dos deveres partidários, tanto com relação aos mandatários, como também com relação aos ocupantes dos cargos de confiança.

Muito se tem discutido, também, sobre os percentuais estabelecidos, considerados excessivos para alguns cargos e sobre a falta de política para obter uma arrecadação partidária

junto aos demais filiados que também ocupam cargos nos gabinetes de nossos mandatários do Poder Legislativo.

Considerando que o partido concebe mandato eletivo do parlamentar como partidário e de que todos os nossos dirigentes têm a obrigação de se esforçar para equilibrar as fontes de recursos e evitar que o Partido dependa de uma única fonte e, ainda, que a arrecadação básica e permanente do PT é oriunda de seus próprios filiados,

Frente a isto, o PT decide modificar a forma de arrecadação obrigatória dos ocupantes de cargos eletivos do Poder Legislativo, ficando o mandatário responsável estatutariamente pela regularidade da contribuição de todos os assessores e funcionários do mandato.

Modificar nosso Estatuto no que diz respeito à responsabilidade das instâncias partidárias para o pagamento das respectivas dívidas contraídas. Explicitar e impedir, de forma inequívoca, que credores solicitem judicialmente o bloqueio dos recursos da instância nacional de direção por dívidas contraídas em instâncias inferiores.

Modificar o Estatuto para estabelecer a responsabilidade de cada instância partidária sobre as próprias finanças; sobre as dívidas contraídas, inclusive durante os processos eleitorais; a especificação da responsabilidade dos dirigentes correspondentes; e punições cabíveis em caso de desrespeito às normas previstas no Estatuto.

Para uniformizar e garantir a transparência das finanças partidárias, criar um regimento interno de contabilidade e finanças partidárias, a ser elaborado pelo Diretório Nacional para dispor detalhadamente sobre os procedimentos a serem cumpridos e observados pelas Secretarias de Finanças de cada

instância partidária, bem como para estabelecer, com absoluta transparência, a responsabilidade de seus respectivos responsáveis.

Determinar, em Estatuto, a total separação das finanças do partido das finanças das campanhas eleitorais

Criar o Planejamento e Orçamento Participativos do PT, que tem de ser obrigatoriamente realizados, tendo sua periodicidade definida pelo Estatuto e o seu não cumprimento punido severamente, podendo ser passível de cassação do mandato dos dirigentes responsáveis.

Fundação Perseu Abramo

A Fundação Perseu Abramo foi instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em 1996. Essa decisão visava concretizar uma antiga aspiração do PT: a de construir um espaço, além das instâncias partidárias, para desenvolver a reflexão político-ideológica, contribuir para a formação política e realizar estudos e pesquisas com abrangência e pluralidade de opiniões. Tratava-se de assegurar que tais orientações ocorressem de forma permanente e sistemática superando as iniciativas pontuais a esse respeito e o cotidiano dos embates que marcam um partido político.

O PT já havia tentado uma experiência similar quando criou a Fundação Wilson Pinheiro que por várias razões deixou de existir. Essa aspiração encontrou base material para sua concretização quando da criação do Fundo Partidário (Lei 9.096 de 19.09.95 que definiu que 20% dos recursos desse fundo fossem aplicados na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação política).

O Diretório Nacional definiu três objetivos centrais para a Fundação Perseu Abramo.

- a. Articular o campo intelectual e artístico, identificado ou passível de identificação com o campo petista, considerando o papel estratégico desses setores na transformação dos valores e da ordem conservadora e para a construção de um projeto transformador para o país tanto em termos da luta imediata quanto em termos históricos.
- b. Contribuir para a sistematização e elevação da cultura política do partido em seu conjunto, a partir do regaste, organização e disponibilização da memória do partido, das lutas populares e da esquerda; pesquisa e análise sistemática do imaginário social como subsídios à ação partidária; investigação e debate multidisciplinar sobre a realidade brasileira de maneira a realizar-se a crítica ao capitalismo brasileiro e mundial e o desenvolvimento do projeto transformador do PT.
- c. Contribuir com a formação política dos militantes e dirigentes do PT realizando cursos e seminários em parceria com as secretarias nacionais, particularmente com as Secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Formação e produzindo publicações e materiais áudios-visuais com tal finalidade específica.

Para levar a efeito tais objetivos foi instituída a seguinte estrutura:

- i. Um Conselho Curador, órgão soberano da instituição, composto por 21 membros designados

pelo Diretório Nacional que tem como atribuições a fiscalização e aprovação das contas, do orçamento e plano de trabalho anuais; decisões sobre alteração de patrimônio e avaliação e acompanhamento, ao longo do ano, do andamento do plano de trabalho;

- ii. Uma Diretoria Executiva composta por quatro membros: um presidente, um vice-presidente e mais dois diretores com atribuições de planejamento, coordenação dos trabalhos e representação da Fundação;
- iii. Outros espaços orgânicos para acolher as contribuições de mais de setenta militantes e intelectuais do partido que escrevem para a Teoria e Debate e participam dos seminários da FPA, conselho da editora, conselho da revista Teoria e Debate, comitê de opinião pública e comitê de história.

Hoje, em função do crescimento do PT, da maior complexidade de sua atuação política na sociedade brasileira, do crescimento de participação do partido nos parlamentos e governos e do desafio de fortalecer os movimentos sociais no país é preciso atualizar o projeto original da Fundação Perseu Abramo.

O III Congresso do PT decide que três são os desafios, nessa direção:

- a. Ampliar o alcance das ações da FPA por meio de:
 - i. Realização de parcerias para a produção de programas de televisão voltados ao debate sobre questões da cultura e da vida do país significativas para o desenvolvimento de nosso

- projeto nacional;
- ii. Ampliação das assinaturas e vendas da revista Teoria e Debate e indicação de sua utilização nos cursos de formação a partir de um plano conjunto com a Comissão Executiva Nacional;
 - iii. Criação de Revista Eletrônica sobre a produção da história dos movimentos sociais e da esquerda no Brasil e no mundo;
 - iv. Produção, em parceria com a SNAI, da Revista Eletrônica Cidades Vivas voltada a difundir experiências das prefeituras e governos estaduais;
 - v. Universalização da distribuição da revista Teoria e Debate e de livros publicados pela editora a partir de plano a ser estabelecido conjuntamente com a CEN-PT.

Ampliar expressivamente o papel da Fundação na formação política dos militantes do PT. Para isso, a FPA deverá abrigar a Escola Nacional do PT;

A Escola deverá atender às necessidades de todos os estados e regiões do país; deverá integrar a formação presencial por meio de cursos, com as atividades das redes virtuais formativas, utilizando-se, para isso, dos cadernos de formação, materiais áudios-visuais, publicações da editora, artigos, pesquisas, páginas especiais presentes no portal da Fundação e do PT e da revista Teoria e Debate

Assegurar que a direção nacional do PT tenha participação ativa na elaboração do plano de trabalho anual da FPA e acompanhe o seu desenvolvimento de maneira que se aperfeiçoe o compromisso da Fundação com a construção de

uma nova hegemonia política no Brasil, capaz de fortalecer as transformações na sociedade defendidas pelo PT à luz da perspectiva socialista. Nesse sentido serão realizadas:

- a. Reuniões semestrais entre a direção da Fundação e a Comissão Executiva Nacional do PT para discussão do Plano Anual da Fundação e avaliação de sua execução.
- b. Reuniões bimestrais entre a direção da Fundação Perseu Abramo e uma comissão da CEN-PT para acompanhamento do cumprimento do Plano de Trabalho;
- c. Convocação anual da diretoria da FPA pelo DN-PT para apresentação de relatório.
- d. Manutenção da participação de um representante da Fundação nas reuniões das instâncias nacionais de direção do PT, com direito a voz.

A crise política

Ao longo de seus 27 anos, o PT viveu várias crises e soube enfrentá-las e superá-las. A mais grave, pela sua natureza e dimensão, foi a de 2005. Essa crise, que é do sistema político brasileiro, que enfraquece programas e partidos, personaliza o debate e privatiza os interesses, também é uma crise do PT, decorrente de opções feitas pelo partido, do crescente acesso a mandatos, do distanciamento das lutas sociais e da nebulização de nosso projeto estratégico.

A experiência do primeiro mandato governando o Brasil e a enorme crise política pela qual passamos em 2005 e 2006 nos levam a um processo de reavaliação da nossa trajetória, de

reflexão sobre a experiência destes 27 anos e, particularmente, deste último período.

O esforço da nossa militância e a capacidade de compreensão do povo brasileiro quanto ao que estava em jogo na tentativa das elites de interditar o projeto popular representado pelo governo Lula, foram decisivos para a superação da crise. No entanto, o conjunto das forças petistas deve realizar uma autocrítica profunda sobre o ocorrido e analisar suas causas para não mais reproduzi-las.

Parte da crise se deveu a um processo de entendimento inadequado da relação partido e governo já no início da gestão Lula. O PT deixou de assumir uma posição de autonomia, portando-se quase como “correia de transmissão” das posições do governo junto à sociedade e à nossa base social. Não se trata de questionar a necessidade de apoio integral do partido ao governo, mas de entender que teria sido mais adequado se tivéssemos trabalhado na formulação de propostas e na disputa de posições com outras forças políticas da nossa base de sustentação sobre os rumos do governo, como temos feito neste segundo mandato.

Outro erro foi dar ao partido a responsabilidade de compor politicamente o governo, preenchendo com outros partidos os cargos da administração pública. A responsabilidade pela composição política de um governo deve ser do próprio governo, pois nem sempre os interesses do partido coincidem com os da administração.

Erramos também na forma de consolidação da nossa base de sustentação político-parlamentar. Já em 2003 se apresentava a necessidade do estabelecimento de um governo de coalizão, que tivesse o PMDB como um de seus principais integrantes.

Ao invés disso, optamos por alianças congressuais com pequenos partidos, de ampla diversidade ideológica e forte heterogeneidade. Além disso, os fundamentos dessas alianças se davam em bases tradicionais, sem a referência de um programa mínimo, como feito agora, e muito marcadas por interesses em cargos, emendas orçamentárias ou, ainda, de apoio ao financiamento de campanhas eleitorais.

Infelizmente, a governabilidade institucional foi a única que buscamos, relegando a segundo plano a sustentação pelos movimentos e por outros atores sociais.

O PT errou ao conferir, a partir de 2003, certa exclusividade para as tarefas governamentais e institucionais, sem combinar com as tarefas de organização do movimento social e da militância, abrindo fissuras na relação com sua base social nos primeiros anos do governo Lula.

Outro sério equívoco que cometemos foi a não priorização da aprovação da reforma política já em 2003. Apesar do enorme capital político de que dispunham Lula e o governo, ficamos reféns de pequenos partidos de nossa base de sustentação parlamentar que a ela se opunham, particularmente ao item do financiamento público de campanhas eleitorais. Sem a adoção do financiamento público, situações como as que vivemos em 2005 seriam absolutamente previsíveis.

O distanciamento do partido em relação à sua base e o funcionamento de núcleos de poder paralelos à direção partidária (ainda que formados por integrantes dessa mesma direção) terminaram também por contribuir com a crise.

O PT errou, também, ao envolver-se, sem o devido debate interno, com o financiamento de campanhas de aliados e assumir riscos graves em relação às finanças do partido. Um

ambicioso projeto de poder político para as eleições de 2004, que incluía a tentativa de eleger centenas de prefeitos em todo o país, e, conseqüentemente, a necessidade de fundos para a sua concretização, contribuíram para o esforço temerário de buscar recursos de forma diferente daquela que o partido tradicionalmente utilizou. O padrão das campanhas eleitorais em 2004, em todo o país, ampliou a necessidade de recursos financeiros ao mesmo tempo em que a mobilização da militância foi deixada em segundo plano.

Sobre todas essas questões, as responsabilidades devem ser apuradas, assim como problemas estruturais devem ser examinados a fundo, com o acompanhamento de um processo de reflexão que, por um lado, preserve nossas conquistas e, por outro, elimine as nossas fragilidades.

PED 2007

O 3º Congresso Nacional do Partido convoca eleições diretas das direções partidárias, em todos os níveis (zonal, municipal, estadual e nacional).

O primeiro turno (ética, fiscal, direções e presidências) das eleições será no dia 2 de dezembro. O segundo turno (presidências) será no dia 16 de dezembro de 2007.

O processo eleitoral obedecerá ao disposto no estatuto do Partido, exceto quanto as seguintes questões:

- a) as datas e prazos estipulados pelo artigo 23 parágrafo 2º do estatuto do Partido;
- b) o processo de fiscalização.

O artigo 23 parágrafo 2º do estatuto do Partido será substituído, nas eleições internas de dezembro de 2007, pelo seguinte texto: as

inscrições das chapas e dos nomes para o cargo de presidente, em todos os níveis, deverá ser feita perante a comissão executiva do órgão de direção correspondente, até o dia 2 de outubro de 2007.

A lista de filiados que será tomada como base para o PED 2007 será elaborada e divulgada pela Secretaria Nacional de Organização do PT, até o dia 2 de outubro de 2007.

Só poderão votar no PED os filiados constantes desta lista, portando documento de identidade com foto e em dia com o Partido, sendo considerado em dia o pagamento integral do ano de 2007 e dívidas anteriores.

Todos os votos colhidos, em âmbito municipal e zonal, serão apurados e incluídos na totalização nacional, não importante se houve ou não quorum mínimo no respectivo zonal ou municipal.

Duração dos Mandatos

Os mandatos dos membros efetivos e suplentes das direções partidárias, dos conselhos fiscais e comissões de ética, das coordenações das macro e micro regiões serão de dois anos para a eleição da próxima direção.

O 3º. Congresso Nacional remete para o Encontro Nacional de 2009 a deliberação sobre a duração dos mandatos para as direções posteriores à 2009.

Regulamentação para os Encontros do PT (fiscalização)

I) Abrangência da Regulamentação

Art. 1º: Esta regulamentação é válida para todos os Encontros do PT: encontros regulares, processos de eleições diretas, prévias e

congressos. Aplica-se em todos os níveis: municipal, estadual e nacional.

II) Comissão de Organização dos Encontros

Art. 2º: Para todos os Encontros do PT, serão definidos uma Comissão de Organização destes. Fazem parte desta comissão o (a) Presidente e os Secretários (as) de organização, geral e de finanças das respectivas instâncias. Compõe também esta comissão, um representante por chapa, tese ou candidatura (no caso de prévia) que esteja registrado no encontro.

Parágrafo único: Todos os conflitos existentes entre as partes nesses processos, serão examinados e decididos por essa comissão, cabendo recurso à Executiva do partido da respectiva instância. Essa comissão deverá estar de plantão no (s) dia (s) do encontro na sede do Partido para resolver, em tempo real, possíveis problemas.

III) Prazos

Art. 3º: Os encontros municipais e zonais deverão formalizar, por carta ou e-mail, a realização de seus eventos à instância imediatamente superior com um prazo de até quinze dias de antecedência desses. Deverão anexar obrigatoriamente nesse comunicado oficial a convocatória do encontro, informando o(s) dia (s), local e horário.

Parágrafo único: Qualquer alteração no calendário e local dos encontros municipais e zonais deverá ter a concordância da Comissão de Organização da instância superior. Os encontros que forem realizados em datas, horários e locais diferentes dos informados, e que não tenham sido autorizados, serão invalidados.

IV) Atas

Art. 4º: Os encontros deverão entregar ou postar as atas e respectivas listas de presença até três dias após a realização dos Encontros. Atas que sejam entregues ou postadas fora desse prazo, acarretará na invalidação do encontro.

V) Fiscalização

Art. 5º: As chapas, teses ou candidaturas (no caso de prévias), poderão definir filiados do partido para fiscalizar os encontros municipais e zonais. A relação desses fiscais deverá ser formalizada ao partido com cinco dias de antecedência da realização dos encontros.

Art. 6º: O fiscal que acompanhe um encontro diferente do local de sua filiação poderá votar em separado na urna desse município ou zonal, no caso do seu local de origem estiver, nesse dia, com encontro marcado. Esse voto será computado no seu local de filiação e será restrito a delegação, chapas, presidentes ou candidatos (no caso de prévias).

Art. 7º: Cabe ao fiscal ao se apresentar no local do encontro, conferir a lista de presença e assinalar na ata o nº de filiados credenciados nesse momento, caso esteja desde a abertura dos trabalhos, deverá assinalar que nenhum filiado foi credenciado. Ao final do prazo para credenciamento definido pelo partido para esses encontros, o fiscal deverá assinalar na ata o nº final de filiados credenciados.

Art. 8º: É um direito do fiscal estar ao lado da mesa ao longo do período de credenciamento, verificando se as pessoas que assinam a lista de presença apresentam identidade oficial com foto e se seus nomes constam da relação de filiados aptos a participarem do encontro.

Art. 9º: Toda e qualquer ocorrência, que a juízo do fiscal, entre em conflito com as regras definidas para os encontros, poderá ser registrada em ata, cabendo aos dirigentes locais contestarem essa observação, também na ata.

Parágrafo único: O cerceamento do livre trabalho da fiscalização acarretará na abertura de processo disciplinar contra esses dirigentes e invalidará o respectivo encontro.

VI) Recursos

Art. 10º: Todo filiado (a) poderá apresentar recurso em relação aos encontros realizados, desde que formalizado até três dias após a chegada da ata na instância superior.

Parágrafo único: A Comissão de Organização do Encontro deverá disponibilizar as atas a pedido de qualquer filiado. Deverá também dar publicidade do resultado dos encontros após dois dias do recebimento das atas.

Código de Ética

O Diretório Nacional do PT elaborará, no prazo de seis meses, um código de ética para o Partido, a ser aprovado por 2/3 do Diretório Nacional.

Finanças

O 3º Congresso decide modificar a forma de arrecadação obrigatória dos ocupantes de cargos eletivos do Poder Legislativo, ficando o mandatário responsável estatutariamente pela

regularidade da contribuição de todos os assessores e funcionários do mandato.

O 3º Congresso decide reiterar dispositivos estatutários sobre inadimplentes.

Considerando o alto índice de inadimplência no país das contribuições estatutárias obrigatórias dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo;

Considerando a importância e o grau de responsabilidade política dos detentores de mandato eletivo, inclusive na arrecadação das finanças partidárias e no auxílio da sustentação financeira do partido, bem como dos ocupantes de cargos de confiança no Executivo e Legislativo em todos os Estados do país;

Considerando os princípios já aprovados no estatuto, de que só está apto a votar nas atividades partidárias e ser candidato pelo Partido o filiado que estiver em dia com as contribuições financeiras estatutárias ;

Considerando a existência do SACE há alguns anos e a dificuldade das instancias partidárias na cobrança regular do pagamento das obrigações estatutárias através da inclusão dos inadimplentes nesse sistema de arrecadação de contribuições estatutárias;

Resolve o 3º. Congresso Nacional que os filiados inadimplentes ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo que não regularizarem o pagamento de suas contribuições obrigatórias e sua devida inclusão no SACE, no prazo máximo de 3 (três) meses após a notificação ao filiado pela instância de direção, **não** poderão ser indicados como candidatos às próximas eleições municipais pela legenda PT.

Organização Partidária dos Setoriais

O marco institucional definido no 1º. Congresso do PT para os Setoriais do Partido está superado e exige a incorporação da realidade vivenciada por estes, suas virtudes e limitações num novo marco institucional.

Da mesma forma, os impasses político-organizativos do conjunto do Partido em sua relação com a base militante se refletem de forma nítida na atual estrutura dos Setoriais, demandando uma nova política de organização de sua ação no Partido e na sociedade. Os setoriais do PT nos últimos 15 anos produziram experiências e estruturas políticas de organização que extrapolam a sua definição estatutária de mero espaço de articulação dos militantes de um setor.

Alguns setoriais constituíram-se como "comissões" de elaboração de políticas públicas. Outros passaram a organizar setores da sociedade em prol de demandas específicas. Outros, mais recentemente, passaram a organizar em torno de si, gestores petistas de políticas públicas. O fato é que a estrutura partidária atual não têm garantido que o PT construa uma unidade de intervenção nos momentos cruciais de cada movimento social.

Encontram-se aprovados pela Direção Nacional e vinculados a Secretaria Nacional de Movimentos Populares os seguintes Setoriais Nacionais: Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Comunicação Comunitária, Pessoas Com Deficiências, GLBTT, Religiosos, Criança e Adolescente, Política Urbana, Assistência Social, Assuntos Indígenas, Transportes, Economia Solidária, Mineral, Moradia, Segurança Alimentar e Ciência e Tecnologia.

Organizam-se ainda em Secretarias próprias os Setoriais de: Mulheres, Combate ao Racismo, Juventude, Cultura e Meio Ambiente.

Os Setoriais como espaços de militância petista

O 3º. Congresso define os Setoriais do Partido como espaço de organização da militância petista nos movimentos sociais, com três finalidades básicas:

- a. motivar a organização partidária de filiados/as petistas dos movimentos sociais de cada setor,
- b. participar da elaboração de políticas públicas no âmbito partidário para subsidiar programaticamente a ação institucional do Partido;
- c. funcionar como a representação institucional do PT em cada setor nas suas relações com os movimentos sociais. as bancadas parlamentares e os governos integrados pelos quadros do Partido.

Os Setoriais como articuladores da relação Partido x Movimentos Sociais

Milhares de petistas participam dos mais variados movimentos sociais do País. A criação mesma do PT esta vinculada a esta inserção, que se mantém com forte capilaridade em todos os estados e municípios onde o PT esta inserido.

Ao longo dos anos, essa relação foi se tornando mais complexa por vários fatores. O crescimento dos movimentos sociais incorporou à estes uma militância social não vinculada a partidos políticos. Incorporou ainda uma maior diversidade partidária na sua direção, que disputando espaço com petistas na busca da implementação de suas bandeiras e prioridades de organização. Os movimentos

sociais se beneficiam das políticas públicas e dos canais de participação popular, quando abertos pelos governos integrados por petistas. Ao mesmo tempo, a lógica dos movimentos sociais é autônoma em relação aos governos, e muitas de suas reivindicações se chocam com definições de governo provocando conflitos institucionais entre Movimentos e Governos e conflitos políticos entre petistas atuantes nos Movimentos e nos Governos.

Neste sentido, os Setoriais se transformam em espaços importantes de articulação destas relações entre partido e Movimentos Sociais, na medida em que assumam institucionalmente tarefas como: promover e atualizar o mapeamento da ação de petistas nos movimentos sociais de seu setor, desenvolver políticas de incorporação desses militantes às estruturas de organização de base e formação política do Partido em todos os níveis; realizar anualmente Plenárias Setoriais atualizando em todos os níveis, a política do Partido para o Setor; realizar periodicamente Seminários temáticos sobre os temas polêmicos do Setor para definir políticas e posicionamentos partidários a serem compartilhados com a direção do PT para orientar a ação dos/as petistas nos movimentos sociais.

Os Setoriais como participantes da elaboração de Políticas Públicas

Por sua composição, os Setoriais constituem-se em agentes políticos do PT capazes de participar da elaboração de políticas públicas para subsidiar a ação legislativa de suas bancadas parlamentares quanto a ação de governo de suas equipes na administração pública.

Se, por um lado, os Setoriais já exercem essa atividade nos períodos pré-eleitorais, quando são chamados a integrar a elaboração dos programas de governos das candidaturas do Partido ou de suas coligações em todos os níveis, ainda são embrionárias as experiências de elaboração de políticas públicas diante de desafios das bancadas parlamentares e gestores públicos no exercício de seus mandatos, e em momentos específicos das conjunturas políticas que se apresentam.

Isso significa que o papel dos Setoriais não se esgota na elaboração de programas de governo, mas também se estende ao acompanhamento da execução desses programas. Justamente por estar impregnado do programa partidário para o setor e de integrar quadros políticos do Partido, militantes dos movimentos sociais e das frentes institucionais, o Setorial é espaço poderoso de síntese de posições e propostas que podem subsidiar o Partido a enfrentar os temas mais polêmicos em disputa na sociedade.

Os Setoriais como espaços de articulação da relação Partido, bancadas e governos.

Os Setoriais zelam pelo programa do Partido em sua área de representação. Exercem, portanto, em nome do Partido, a defesa de seu programa diante das bancadas e governos, que zelam por seus programas de atuação legislativa e de governo.

Embora iluminadas pelo programa partidário, plataformas legislativas e de governo são produzidas e executadas mediante condicionantes vários - alianças políticas, correlação de forças internas e na sociedade, decisões conjunturais.

O Partido exerce sua autonomia: a. ao definir de forma democrática seu programa e suas linhas de atuação; b. ao defender esse programa e essas linhas de atuação na sociedade, como derivadas de seu projeto de poder e de disputa política; c. ao estabelecer mediações organizadas com os vários outros sujeitos políticos encarregados da execução desse programa e com as instituições da sociedade envolvidas (movimentos sociais, parlamentos, governos, academia, outros); d. ao apoiar as políticas que vão ao encontro de seu programa; e. ao criticar as políticas que se afastam ou obstaculizam seu programa.

Neste sentido, a ação dos setoriais em suas respectivas áreas se reveste dessas características da ação do conjunto do Partido. Os Setoriais se relacionam institucionalmente, em nome do Partido, com as bancadas parlamentares e governos no sentido da busca de entendimento e avanço em torno da execução do programa partidário para o Setor, solidariamente com a direção partidária.

Mudanças Estatutárias e Normas de Funcionamento dos Setoriais do PT

Sobre os Setoriais o III Congresso aprova:

A manutenção das atuais regras de reconhecimento setorial contidas nos Estatutos para o PED;

A transformação da Secretaria Nacional de Movimentos Populares em Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais.

A organização de núcleos setoriais zonais ou municipais vinculados a Setoriais Estaduais.

Constituir, a partir do próximo PED, em todas as instâncias Executivas do PT (Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais)

Secretarias de Movimentos Populares e Políticas Setoriais, que passarão a coordenar, articular e representar os setoriais de: Assuntos Indígenas, Ciência e Tecnologia, Comunitário, Economia Solidária, Educação, Esportes e Lazer, GLBTT, Mineral, Moradia, Pessoas com deficiências, saúde, Segurança Alimentar e Transportes.

Que, no período do PED, os encontros setoriais elegerão delegados, com direito a voz e voto, aos Congressos e Encontros do Partido em cada nível; devendo estes filiados optarem pela participação nestes ou nos encontros das instâncias zonais, municipais ou estaduais.

Que a Secretaria Setorial de Cultura e a Secretaria Setorial de Direitos Humanos sejam incorporadas estatutariamente como Secretaria Setorial, conforme decisão do Diretório Nacional do PT.

Fica estabelecida a obrigatoriedade de realização de plenárias anuais dos Setoriais em todos os níveis, para que mantenham o status regular conferido pelo PED.

A constituição do Coletivo nacional da Secretaria de Movimentos Populares e de Políticas Setoriais com o objetivo de potencializar ações transversais. Esse colegiado deve ser composto por um(a) representante de cada setorial nacional, pelo(s) secretários(s) estaduais de movimentos populares e políticas setoriais. A forma de escolha da coordenação, bem como seu período será regulamentada pelo DN.

Sempre que as instâncias de direção pautarem assuntos relacionados com os temas setoriais organizados, seu(s) coordenador(es) deverão participar das reuniões destas instâncias, com direito a voz. As coordenações setoriais poderão igualmente demandar a inclusão de temas sob sua responsabilidade nas instâncias de direção partidária, com a presença de seus(as) coordenadores(as) assegurada.

Definição de orçamento próprio para cada um dos setoriais secretarias e para a Secretaria de Movimentos Populares e de Políticas Setoriais em todos os níveis (municipal, estadual e nacional), definido a partir do orçamento global de cada instancia. As Secretarias de Movimentos Populares e de Políticas Setoriais devem, dentro do seu projeto de orçamento, especificar o que cabe a cada setorial organizado sobre sua responsabilidade.

O orçamento ficará a cargo das respectivas secretarias e setoriais, observadas as exigências estabelecidas no PED, e estará condicionando ao plano de trabalho com encaminhamentos concretos que visem a organização da militância, sua contribuição na elaboração de políticas públicas e sua mobilização social junto à sociedade.

As secretarias e setoriais deverão prestar contas sobre o seu trabalho realizado e a respectiva execução orçamentária, junto à respectiva Executiva.

A política de comunicação do PT nem sempre tem condições de dar conta das demandas de setores específicos de sua ação social. Neste sentido, os setoriais devem ter garantido, junto ao planejamento da Secretaria de Comunicação, espaço de produção de materiais específicos de sua comunicação interna, bem como de suas campanhas de intervenção na realidade institucional ou de mobilização nacional.

Internet: Sobre esta ferramenta, que não necessita de custos adicionais por parte do orçamento partidário, os setoriais devem ter disponibilizados no site do Partido, uma pagina própria com autonomia editorial de gerenciamento de suas noticias, e espaços de arquivos virtuais de seu acumulo político, como artigos, documentos e imagens, respeitando o desenho da página definido pela SNC.

O 3º. Congresso nacional do PT, determina que o DN regulamente o processo de eleições e funcionamento dos Encontros Setoriais juntamente com a regulamentação do PED.

Por um Brasil de mulheres e homens livres e iguais

O PT, através de sua secretaria defende e reafirma seu compromisso com políticas e ações, hoje incorporadas pelo governo federal, que representam as principais bandeiras de lutas dos movimentos de mulheres e feministas, e que são extremamente significativas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres:

- defesa do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, implementando, assim, um sistema nacional de políticas para as mulheres;

- defesa do Plano Nacional de Combate e Erradicação da Violência contra a Mulher e de todas as discriminações, como a orientação sexual, de raça/etnia, de idade, de religião, etc;

Defesa do Plano Nacional de Planejamento Familiar, contribuindo para a autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade;

- defesa da autodeterminação das mulheres, da discriminação do aborto e regulamentação do atendimento à todos os casos no serviço público evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem;

- defesa do direito à creche e equipamentos sociais para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade;

- defesa da ampliação do salário mínimo;

- defesa da construção de novas relações de trabalho e geração de renda, pautados pelos princípios da igualdade de oportunidades; Defesa de medidas para ampliação e promoção da igualdade de raça/etnia;
- defesa do controle social da mídia, em especial, no que diz respeito à imagem da mulher veiculada nos diferentes veículos de comunicação;
- defesa da equiparação salarial para trabalho igual entre mulheres e homens.

Construção Partidária e Organização de Mulheres

Para avançar nas conquistas e construir de fato a igualdade entre homens e mulheres é necessário que façamos algumas mudanças a fim de atualizar o estatuto do Partido com relação à participação das mulheres nas disputas eleitorais e partidárias. Propomos, então, que o PT mais uma vez reafirme suas posições no que se refere a:

- a) importância e necessidade de, em todas as instâncias da direção partidária, assegurar as cotas de mulheres e o conjunto de ações afirmativas já aprovadas em encontros anteriores, reafirmando assim o compromisso do partido com a construção da equidade e igualdade;
- b) construção de mecanismos de controle e punição para as instancias que não cumprirem esta resolução, assim como as demais já aprovadas;
- c) modificação do procedimento de eleição das delegações aos encontros e congressos do Partido, de modo que seja respeitada a cota de, no mínimo, 30% de mulheres, seguindo a mesma orientação para as eleições das direções partidárias.

Juventude

Nestes 27 anos o PT transformou-se na maior referenda partidária da juventude brasileira. Esta referenda foi construída a partir das idéias e programa que o nosso partido construiu ao longo da sua trajetória de partido da transformação social, das mudanças estruturais e que não se conforma com a sociedade em que vivemos. Ademais, no seu processo de construção do PT sempre teve forte presença de jovens em seu interior.

Porem, a organização e o dialogo com a juventude nunca foi uma prioridade política para o Partido dos Trabalhadores. Isso ocorre por diversos motivos, entre eles destacamos a) uma visão que juventude se resume ao setor estudantil; b) pela negação da necessidade de uma organização de juventude, uma vez que o apoio dos jovens ao partido sempre se deu de forma espontânea; e c) por uma visão instrumental dos jovens como elemento de mobilização nas campanhas eleitorais.

A relação que o PT mantém com a juventude e muito diferente da mantida pela maior parte dos partidos de esquerda da América Latina e do mundo. As duas principais correntes internacionais da esquerda mundial (social-democratas/socialistas e comunistas) têm longa tradição na organização dos jovens. Exemplo disto e a UIJS (União Internacional das Juventudes Socialistas), internacional dos jovens da social-democracia, que ira completar 100 anos em agosto deste ano e a FMJD (Federação Mundial das Juventudes Democráticas), organização de jovens impulsionada pelos comunistas, que fará 60 anos de sua fundação também em agosto deste ano. A rigor, na maior parte dos casos os partidos das duas correntes mantém organizações juvenis com capacidade política e financeira de realizar o dialogo com os jovens,

priorizando a atuação para fora do partido ou seja, disputando as posições do partido entre esta parcela da sociedade.

A capacidade de aproximação dos jovens ao PT esta diretamente ligada as posições políticas apresentadas pelo partido. Exemplo desta relação foi **o que ocorreu** durante a crise política de 2005, onde as pesquisas demonstravam que um dos setores de nossa base social mais atingido foi a juventude. Parcelas importantes deste setor se afastaram do PT. Isso se deu a partir do momento em que a imagem de esquerda que nosso partido sempre carregou foi posta em questão. E a situação foi agravada pelo fato de não termos uma organização juvenil para disputar a hegemonia neste setor, como por exemplo, há entre os sindicalistas e trabalhadores.

Outro exemplo da relação entre juventude e programa, se deu no processo eleitoral do ano passado. No final de 2005 as pesquisas mostravam que entre os jovens, o então pré-candidato a presidente, Jose Serra tinha ampla vantagem sobre Lula. As pesquisas às vésperas do 1º turno indicavam que nossos índices entre os jovens eram semelhantes aos índices totais de Lula. Já no 2º turno, os índices de votação de Lula entre os jovens era superior aos números totais, ou seja, evoluímos progressivamente neste eleitorado conforme apresentamos um programa que questionava fundamentos do neoliberalismo, como por exemplo, as privatizações.

Vale frisar aqui a ampla campanha feita pela grande imprensa contra a participação dos jovens. No auge da crise acusava os jovens de estarem desencantados com a política. Em maio, ultimo mês para retirar o titulo, houve um recorde no alistamento eleitoral de jovens entre 16 a 18 anos, que tem o voto como direito facultativo. A partir dai uma ampla campanha foi criada pela mídia afirmando que jovens desencantados lideravam manifestações pelo voto nulo, cabe lembrar a nefasta propaganda "ovos e tomates" da MTV, que

procurou reforçar na juventude a visão da política como algo sujo e para corruptos. No fim, o que se viu, foi um dos mais baixos índices de votos nulos da história da República.

E certo que ainda existe um desgaste entre os jovens, principalmente em estados que o PT sempre teve grandes votações. Mas não podemos deixar de perceber que a janela aberta no segundo turno das eleições nos ajudou a reverter em parte essa realidade, mas isso só será possível em sua totalidade na medida em que a relação do PT com sua juventude e com os jovens de um modo geral mude.

A mudança na relação do nosso partido com a juventude passa necessariamente por dois elementos centrais, o primeiro e a compreensão da juventude como estratégica para o projeto petista, seja pelo peso social que este setor tem no país e a necessidade de disputa-lo, tendo em vista o processo de acúmulo de forças para as mudanças que queremos realizar no país e pela necessidade de renovação dos quadros dirigentes e militantes do PT. O segundo e a necessidade de conhecermos e mergulharmos na realidade dos jovens brasileiros, para saber quem são, o que fazem e quais são as suas lutas e bandeiras.

Como entendemos a Juventude

Juventude pode parecer, a primeira vista, um tema obvio, assim como o diagnóstico e a resolução de seus problemas, uma vez que todos convivemos com jovens e temos opiniões a respeito de suas características, problemas e virtudes. Afinal, os jovens são pauta constante na mídia, na publicidade e nos produtos da indústria cultural, havendo uma produção incessante de imagens a seu respeito.

O problema é que de um lado, os jovens aparecem na mídia como personagens de publicidade e novelas - bonitos, saudáveis, alegres e despreocupados - que se oferecem como modelos de um tipo de consumo e de um estilo de vida ao qual poucos têm acesso na vida real. De outro, aparecem como tema dos noticiários, envolvidos em graves problemas de violência ou comportamentos de risco. Na maior parte das vezes, neste caso, são jovens dos setores populares.

No entanto, essas imagens são estereótipos que não correspondem aos jovens reais, a diversidade de suas realidades e a complexidade das formas que configuram suas vidas e seu posicionamento frente ao mundo.

Essas imagens correspondem a algumas das percepções correntes baseadas em estereótipos não fundamentados por dados reais, ou pouco balizados pela diversidade existente. As duas mais conhecidas: a) os jovens da geração atual se caracterizam por um acentuado individualismo, consumismo, pragmatismo, alienação, desinteresse político, e acomodação frente ao estado das coisas; b) seriam eles vetores de disseminação da violência, desagregação da família e desestruturação dos vínculos societários.

Os jovens ocupam o centro de questões que comovem o país. Tanto no que diz respeito aos problemas gerados pelo agravamento das desigualdades, como no que se refere à esperança de novos caminhos para nosso desenvolvimento social.

O tema juventude adquiriu visibilidade crescente nos últimos anos no Brasil. O número de jovens aumentou. Os brasileiros de 15 a 29 anos somam hoje cerca de 50 milhões (30% da população).

O que poderia ser uma boa notícia se tornou um problema. O Estado não se preparou adequadamente para receber esse enorme contingente de pessoas e a opção de desenvolvimento econômico

adotado restringiu essa geração do acesso aos serviços públicos básicos e a direitos fundamentais.

Aumentou o desemprego e a precariedade da ocupação profissional nesse segmento. Os baixos níveis de escolaridade da juventude permanecem, sendo um importante obstáculo ao desenvolvimento.

A violência nos grandes centros urbanos, que envolve os jovens de forma acentuada como vítimas ou agressores, têm crescido. E o que é mais grave: enquanto as taxas referentes ao restante da população têm se mantido relativamente estáveis desde 1980, no segmento juvenil praticamente duplicou.

É possível afirmar, portanto, que os jovens brasileiros foram afetados de uma maneira especial pelo tipo de desenvolvimento econômico observado nas últimas décadas, que aprofundou os problemas da exclusão.

A consequência direta dessa situação é revelada por uma pesquisa mundial realizada, em 1999, pela Unicef. O estudo demonstra que a juventude brasileira é uma das mais pessimistas do mundo. De cada 10 jovens brasileiros 7 acreditam que terão piores condições de vida que seus pais.

A condição juvenil

A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. Este período corresponde, idealmente, ao tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, núcleos de petistas nos diversos movimentos e por local de moradia, deve criar condições para que os simpatizantes ao PT sintam-se a vontade para ingressar na fileiras do partido. E mais, o novo coletivo dirigente da Juventude

do PT deve ter condições e capacidade de fato ser direção política para organizar a juventude em todos os níveis, dos núcleos a nacional.

Trata-se, portanto, de uma fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diferentes esferas da vida.

É neste espaço da vida onde se manifestam, com maior intensidade, os problemas existenciais do ser humano, visto que é neste período que as pessoas realizam as grandes escolhas de suas vidas. Devido a essa problemática sócio-existencial, a juventude torna-se um constante pedido de respostas, que coloca em xeque as estruturas da sociedade, independentemente de seus matizes ideológicos.

Essa fase do ciclo de vida não pode mais ser considerada, como em outros tempos, uma breve passagem da infância para a maturidade, de isolamento e suspensão da vida social, com a "tarefa" quase exclusiva de preparação para a vida adulta. Nos tempos atuais, esse período se alongou e se transformou, ganhando maior complexidade e significação social, trazendo novas questões para as quais a sociedade ainda não tem respostas integralmente formuladas.

Tal prolongamento se deve, em parte, a necessidade de estender o tempo de formação, de escolaridade e de capacitação profissional, mas também as dificuldades de inserção que caracterizam, hoje, o tornar-se adulto. Além disso, as experiências das gerações juvenis anteriores alargaram a vivência dos jovens com novas dimensões no campo do lazer, da cultura, da sexualidade e da sociabilidade.

A condição juvenil se desenvolve em múltiplas dimensões. Os jovens são sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação à outros segmentos etários. Requerem

estruturas de suporte adequadas para desenvolver sua formação integral e também para processar suas buscas, para construir seus projetos e ampliar sua inserção na vida social.

Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado segundo as desigualdades de classe, renda familiar, região do país, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero etc. Essas diferenças resultam em chances muito distintas de desenvolvimento e inserção.

O reconhecimento da especificidade da juventude tem de ser feito num duplo registro: o da sua singularidade com relação à outros momentos da vida; e da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assuma diferentes contornos.

A juventude vive, hoje, por um lado, possibilidades ampliadas no que diz respeito a liberdade de escolhas e práticas comportamentais, potencializando os processos de experimentação e definições próprios dessa idade.

Por outro lado, além dos problemas a respeito da inserção social, profissional e educacional, a juventude se depara com outro tipo de dificuldade: raramente é considerada, ouvida, respeitada e levada a sério na expressão de suas opiniões e necessidades. Muitos se queixam de serem discriminados nos espaços públicos somente pelo fato de serem jovens. Os adultos com os quais mantém contato, pais e professores especificamente, muitas vezes adotam uma atitude de julgamento, de censura, omitindo-se em acompanhar seus percursos e ouvir suas demandas.

Esse quadro compõe uma série de paradoxos para a atual geração juvenil, dos quais emergem as dificuldades, os dilemas, os desafios e também as possibilidades que os jovens têm à sua frente.

A necessidade de um novo modelo de organização para a Juventude Petista

A juventude pode cumprir um papel estratégico no partido no sentido de superar as velhas praticas e formar uma nova geração de dirigentes comprometidos com a reconstrução do PT como um partido socialista, democrático, militante, dirigente e de massas.

Pelo peso social e pelo papel estratégico que a juventude têm para o projeto político do Partido dos Trabalhadores se faz necessário repensar a organização dos jovens petistas. Este processo deve e será protagonizado pelos jovens, mas deve ser encarado como tarefa de todos os petistas. Desta forma o partido deve abrir espaços para participação dos jovens em todas as esferas de decisão. Ao mesmo tempo em que construímos o novo formato de organização dos jovens petistas.

Para conseguirmos avançar nesta tarefa temos que consolidar alguns passes importantes no 3º. Congresso do PT. Durante os últimos anos a juventude foi resumida a uma secretaria setorial, que não garante condições mínimas para conseguirmos organizar o conjunto de jovens filiados ao partido, quanto mais dialogar com este segmento na sociedade. Os principais limites são dois:

Político-Organizativo: Os setoriais estão estruturados hoje em uma lógica partidária que prioriza o processo eleitoral e contribui de maneira importante para elaborações políticas do partido. Percebemos isso nas campanhas, pois é o momento de maior vitalidade dos setoriais. Passadas as eleições eles praticamente se desarticulam e se resumem ao secretario (a). A base social que representa os jovens e imensa e organização de juventude tem que se estruturar de maneira diferente. Deve organizar os jovens petistas para que tenham cotidianamente intervenção na sociedade através da organização das lutas juvenis e também nos processo eleitorais. Deve ter organização de núcleos de petistas nos diversos movimentos e por local de moradia,

deve criar condições para que os simpatizantes ao PT sintam-se a vontade para ingressar na fileiras do partido. E mais, o novo coletivo dirigente da Juventude do PT deve ter condições e capacidade de fato ser direção política para organizar a juventude em todos os níveis, dos núcleos a nacional.

Estrutural: A finalidade política define a estrutura. Hoje a JPT tem apenas um dirigente com condições materiais para as tarefas organizativas. Nos estados a situação é ainda pior. Isso reflete, muitas vezes, a falta de prioridade dada ao partido a esta organização. E precise que o PT garanta as condições políticas, organizativas e estruturais para o funcionamento de uma direção política plural da juventude que tenha capacidade de organizar os diversos militantes petistas nos movimentos juvenis.

Desta forma e preciso que a JPT supere o atual modelo de setorial e passe a ser um órgão do partido. Este órgão será o espaço de organização dos jovens petistas e será a expressão pública do PT entre a juventude. Entre outras tarefas, a nova Juventude do PT fará a disputa de suas pautas específicas na sociedade, terá ação junto aos movimentos e organizara a imensa base social de juventude filiada e com referência no PT.

Tendo em vista a necessidade do PT ter um política sólida e permanente de renovação dos seus quadros dirigentes, e preciso que o conjunto do partido inicie um debate sobre formas de garantir a participação dos jovens nos espaços de direção, experiências como a do Diretório Municipal de Porto Alegre (RS), que instituiu a cota de jovens na direção deve fazer parte desta discussão.

Neste sentido o III Congresso do PT aprova:

A organização e intervenção junto à juventude será prioridade política para o Partido dos Trabalhadores no próximo período.

O limite máximo de 29 de anos de idade para militar, votar e ser votado na organização de juventude como forma de dar um salto qualitativo em nossa atuação.

A realização de Conferências Livres da Juventude do PT, como espaço partidário de mobilização, formulação política e intervenção coletiva preparatória da juventude petista no calendário de atividades do governo federal. As conferências devem ser realizadas nos níveis municipal, estadual e nacional, e devem estar na agenda principal dos diretórios correspondentes do Partido dos Trabalhadores.

Substituir o atual modelo de organização setorial por uma organização de juventude petista que terá como função dialogar com os jovens petistas filiados ou simpatizantes, tornando-se a expressão pública do PT no setor juvenil.

A convocação do I Congresso da Juventude do PT que terá como tarefa deliberar sobre um regimento interno de funcionamento da JPT em todos os níveis, dando prioridade a organização de base. O Congresso da JPT devesse ter como pauta: a) O Brasil que queremos para a Juventude; b) Juventude do PT: concepção e funcionamento.

Cabe ao Diretório Nacional do PT referendar as deliberações do 1º Congresso da Juventude do PT, avaliando principalmente a proposta de regulamentação e seu funcionamento, da nova juventude petista.

Dotação orçamentária para que a Secretaria Nacional de Juventude tenha condições de organizar o I Congresso da JPT desde os municípios, realizar campanhas públicas e ter capacidade de fazer disputa política de alta intensidade na sociedade.

Delegar o Coletivo Nacional de Juventude como Comissão Organizadora do 1º Congresso da JPT, ficando responsável por produzir uma proposta de regulamento a ser aprovada pelo Diretório Nacional.

Cultura

Cultura é uma grande provocação que a humanidade faz a si mesma na tentativa de domar a vida. Como a vida é muito rápida, mulheres e homens inventam arapucas de rodas, peneiras coloridas, festejos santos, jogos profanos, casamentos sagrados, relógios de sol, cidades de pedra, partidos políticos...

Se a cultura é fluída e dinâmica, a gestão pública de cultura e os movimentos culturais organizados exigem muito mais que fluidez do PT. Temos de compreender a responsabilidade de nosso partido diante de um quadro secular de privatização das políticas de cultura e incentivo à elitização e fragmentação dos agentes culturais. Temos de compreender e assumir a responsabilidade de um partido de esquerda diante do que a cultura representa.

“Para a esquerda, a cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das idéias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e idéias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade”¹.

Cabe ao PT, como partido de esquerda, adotar e/ou reforçar práticas e programas que dêem a centralidade necessária à cultura para a emancipação de nosso povo, subjugado por uma ideologia que faz das práticas culturais instrumentos de dominação, alienação e exclusão.

Para o PT, o tema da cultura dialoga com o que compõe a sua própria gênese por representar as reivindicações do particular contra a pressão homogeneizante do geral, contra a lógica do

¹ CHAUI, Marilena, *Cultura, Socialismo e Democracia*, in *Cidadania Cultural: o direito à cultura*, Editora da Fundação Perseu Abramo, pp. 129-147, São Paulo, 2006

pensamento único, e oferece um estímulo incorrigivelmente crítico em relação ao *status quo*.

O PT reconhece que na organização partidária e em muitos de seus governos, o compromisso com a cultura como ferramenta de transformação tem sido, muitas vezes, retórico e se compromete a corrigir este quadro.

Cultura no Brasil que Queremos

Ao longo de seus 27 anos, o PT dialogou de diferentes maneiras com artistas e intelectuais, assim como o tratamento dado à cultura também variou bastante. Vale lembrar que a ficha de filiação número 1 de nosso partido não é de um metalúrgico, mas de um crítico de arte. Ao lado de Mário Pedrosa, outros tantos artistas e intelectuais se somaram a trabalhadores e perseguidos políticos para fundar o Partido dos Trabalhadores.

O PT nasceu de uma necessidade histórica e, assim, ao longo dos anos, em diferentes governos municipais e estaduais, protagonizou a inclusão da cultura no rol das políticas públicas, fazendo também deste tema um símbolo petista de aprofundamento da democracia brasileira, socialização da política e reconhecimento de novos atores históricos. Hoje, à frente do governo federal, temos na gestão do Ministério da Cultura a experiência contraditória de quem realiza muito e continua com pressa.

A gestão do Ministério da Cultura, no governo Lula, apresenta avanços que devem ser destacados. O reconhecimento da cultura como direito social básico de cidadania coloca o Estado brasileiro na condição de garantidor de direitos, prestador público de serviços e estimulador das iniciativas da própria sociedade. Assim, tem promovido uma política de abrangência nacional, redutora das

desigualdades, sobretudo, regionais, e promotora de iniciativas efetivamente emancipatórias.

É preciso reconhecer que o Governo Lula promoveu, de fato, a fundação do Ministério da Cultura, que, no período anterior, fora um mero balcão de negócios. Hoje o Ministério recuperou seu papel eminentemente público.

Sob Lula, diversidade deixou de ser uma síntese meramente discursiva e a política de Estado passou a ser assumida como pública e anunciada no plural. “A preocupação está em revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais em suas variadas matrizes étnicas”². Na aprovação da Convenção da UNESCO sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, o Brasil, através do MinC, teve papel fundamental quando aglutinou 109 países pelo resultado final, onde votaram contra a proposta apenas os Estados Unidos e Israel, configurando uma vitória histórica na luta por uma cultura de paz e para estabelecer definitivamente que os bens e serviços culturais, além de sua dimensão econômica, têm valor simbólico agregado que não permite que sejam considerados apenas como pura e simples mercadoria.

Vale destacar o grande entrosamento entre as políticas públicas propostas pelo ministério e os critérios de incentivos e patrocínios culturais das empresas estatais na distribuição da verba pública, estabelecendo regras claras, democráticas e socialmente sustentáveis em seus editais, democratizando o acesso e ampliando significativamente as possibilidades de produção.

Além disso, destaque-se o reconhecimento e investimento em culturas populares, nas políticas de audiovisual, na preservação da memória e na potencialização das energias sociais latentes na

² Sérgio Mamberti, Secretário da Identidade e Diversidade Cultural – Ministério da Cultura, 2004.

população brasileira que tem recebido apoio político e financeiro, evidenciando a cultura brasileira como cultura viva.

Desta forma, a experiência de administração pública do PT, tanto as municipais, as estaduais quanto a federal, tem marcado o equilíbrio entre o programa e a ação de governo, quando a cidadania, a economia e a representação simbólica têm sido o pano de fundo do palco da cultura no Brasil.

Neste 3º Congresso, o PT deve reafirmar o seu compromisso de defesa do governo Lula sem abandonar, porém, seu espírito crítico e sua capacidade de análise e proposição.

Para o PT, socialismo e democracia são termos indissociáveis e, sendo assim, compreende que os governos petistas devem ter como princípio inalienável a participação popular, a transparência e o respeito ao interesse público em detrimento do interesse e da lógica privadas.

O inequívoco aumento orçamentário que o Ministério da Cultura tem obtido é sinal claro do compromisso de nosso governo com a cultura como estratégia de desenvolvimento do país, assim como a promoção de programas interministeriais demonstram o compromisso com a efetivação de políticas integradas.

Embora tais avanços efetivem parte de nosso compromisso com a democracia, outros passos precisam ser dados. É de fundamental importância que se retome o processo de estruturação do Sistema Nacional de Cultura iniciado em 2003, que as Câmaras Setoriais se reconstituam como instrumentos de participação social em nosso governo, que o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura se amplie e que seja implantado e empossado o Conselho Nacional de Políticas Culturais, regulamentado por decreto presidencial em 2005 e ainda não efetivado.

Reconhecemos que o governo Lula, do ponto de vista da gestão cultural, é um governo de esquerda que contribui para a construção e afirmação de uma sociedade justa, solidária e criativa. Entendemos, porém, que é preciso avançar mais e melhor, sedimentando espaços de participação que vão além das redes colaborativas que se criaram. Os nichos de participação devem ser efetivos e se instalar no centro do próprio aparelho de Estado, democratizando-o naquilo que lhe é mais caro: os espaços de decisão.

No Brasil que queremos, as políticas públicas de cultura devem alicerçar-se sobre o que o PT melhor produziu como conceito, expresso por Marilena Chauí como “Cidadania Cultural: a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação”, isto é, a convicção de que a participação popular só será política e democrática se puder produzir as próprias leis, gerando uma cultura política democrática, ou, em outros termos, uma efetiva democracia cultural.

Por uma prática cultural petista

É muito importante que reafirmemos a necessidade do PT reatar sincera e profundamente os canais de diálogo com atores sociais diversos, sejam eles movimentos organizados ou não. Se por um lado é vital que fortaleçamos as instâncias partidárias, por outro é necessário que não sucumbamos à tão danosa *burocracia dos crachás*, irmã da mediocridade e algoz da criatividade.

O diálogo com a militância não pode ser atitude voluntarista, mas fruto de um projeto político. Hoje, a relação com os movimentos sociais é feita por secretarias que pouco contato têm entre si. É preciso repensar os papéis da Secretaria de Movimentos Populares,

da Secretaria de Mobilização e das Secretarias Setoriais e dar funcionamento à estrutura partidária a partir de efetiva concepção política, evitando que se criem espaços de poder pouco articulados e que não contribuam para a qualidade da ação política do PT junto à sociedade.

Neste 3º Congresso o PT reconhece necessidade de debater profundamente suas práticas e a cultura política que as sustentam, o que deve fazer com que artistas, intelectuais e militantes da cultura tenham um papel mais importante na construção do ideário e atuação partidária.

O Partido precisa se reaproximar dos intelectuais do país - destacamos especificamente os artistas e os acadêmicos - seja através da Fundação Perseu Abramo, seja através da Secretaria Nacional de Cultura, ou ainda por meio de ações de seus diretórios, considerando que essa reaproximação não poderá se dar em função de interesses eleitorais, mas pela necessidade de reelaboração de nosso projeto de nação,³

Infelizmente a tradição partidária ainda não percebe a cultura como base para um projeto de sociedade. Por outro lado, também é verdade que várias administrações petistas têm apresentado políticas ousadas e inovadoras de gestão cultural. Essas experiências, porém, ainda não se transformaram em programa partidário coeso, sistematizado e com diretrizes definidas. É necessário que o partido se organize de forma articulada, integrada e integradora com os agentes da cultura.

Nossa atuação deve ter em sua agenda a integração com os grandes problemas nacionais - a fome, a juventude, a educação, a saúde e a moradia, estimulando a criatividade, a fruição e o estímulo às manifestações culturais e artísticas, envolvendo e

³ Trecho elaborado a partir do documento aprovado no último encontro setorial nacional do PT em 2005.

integrando o povo em torno das múltiplas faces e valores da cultura, garantindo, assim, o pleno exercício da democracia. Onde existir uma gestão petista, é fundamental que exista também uma política pública de cultura que viabilize a realização de fóruns onde a comunidade cultural seja estimulada a se organizar, possa se expressar e trocar experiências com a finalidade de enriquecer a gestão governamental e fortalecer a diversidade cultural.

Devemos estruturar a atuação do Partido de forma que ele pense a ação cultural como assunto estratégico de governo e de poder. Nosso projeto de sociedade democrática, justa e socialista, passa por uma concepção de política cultural que fomente ações que visem a transformação da estrutura, relações e valores.

A Secretaria Nacional de Cultura do PT

Para que isso tenha consistência, temos de reconhecer que a elaboração de conceitos, a organização partidária e o sucesso nas administrações públicas só tem sido possível graças ao empenho da incansável militância partidária que soube, ao longo dos vinte e sete anos de história do PT, trabalhar de forma sistemática os desafios da política, afirmando sua dimensão cultural.

Nesse sentido, uma das vitórias que marcaram a tradição do PT, foi o reconhecimento e a institucionalização da Secretaria Nacional de Cultura, fruto da insistência constante da diversidade da produção cultural, situando a cultura para além de eventos.

A Secretaria Nacional de Cultura foi criada em março de 2003, através de decisão do Diretório Nacional, portanto após a aprovação do atual Estatuto do PT. A partir desta decisão foi realizada a primeira Conferência Nacional de Cultura, com participação de 21 estados do país, representada por cerca de mil

peças. A capilaridade demonstrou a relevância do tema junto a militantes petistas e a capacidade histórica do Partido em rever em sua estrutura um forte elemento constituinte desde a sua formação que é a atuação de artistas e intelectuais na trajetória petista.

Esta atuação foi por muito tempo considerada acessória, restrita aos palanques de campanha, programas de TV e de governo. Ao sistematizar sua relação com a Cultura, ganhou o PT, pois retomou o caminho de interlocução com uma camada da população tão rica em suas práticas sócio-culturais quanto carente em sua inserção nos debates conjunturais da sociedade.

Ainda assim, em que pese a necessidade de discussão de tantos temas quanto forem apresentados pela militância organizada do PT no Congresso, é necessário definir a relação entre os diferentes níveis para que se estabeleça a validade e a representatividade das Secretarias Setoriais, onde hoje está inserida a Secretaria Nacional de Cultura. É necessário que a capilaridade seja um fator importante para a organização e validação das instâncias. Somente com atuação na ponta - direta nos municípios e, portanto, na base direta - teremos uma rede capaz de ampliar a capacidade de organização do PT junto aos movimentos sociais e a sociedade civil organizada.

O PT resolve:

Realizar uma campanha nacional pela aprovação da PEC 150/03 que determina a vinculação de 2% do orçamento federal para o Ministério da Cultura e organiza, orçamentariamente, o Sistema Nacional de Cultura.

Apoiar as demandas por reestruturação do serviço público federal de cultura, com o fortalecimento das carreiras, dos salários e do corpo de servidores.

Apoiar e divulgar a Convenção da UNESCO sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais.

Criar o Conselho Nacional do PT, que se reunirá no mínimo uma vez ao ano com representantes da “sociedade civil petista” e de governantes e parlamentares de nosso partido, conforme segue:

- a. Prefeitos de capitais, senadores, deputados federais, governadores e um representante do governo federal - quando este tiver a participação ou liderança do PT.
- b. Artistas e intelectuais indicados pela SNCult e pela Fundação Perseu Abramo, representantes de Movimentos Sociais e Populares organizados nacionalmente, por indicação da Secretaria de Movimentos Populares, representantes de entidades e organizações amigas do PT, conforme indicação da presidência do partido.

Providenciar, para fins históricos, o registro da Secretaria Nacional de Cultura no Estatuto do partido, considerando decisão anterior do Diretório Nacional.

Estimular a organização de bibliotecas nos Diretórios Municipais.

Elaborar e realizar um projeto cultural piloto em 15 municípios brasileiros com tamanhos e características diferentes, tornando os respectivos Diretórios Municipais pólos culturais e modelos de contato com a militância e a sociedade.

Os custos para a realização deste projeto serão financiados por um consórcio entre o diretório Nacional e os Diretórios Estaduais envolvidos.

Participação política das instâncias de cultura nas decisões das ações relativas deste segmento em atividades partidárias e de

campanha, possibilitando a indicação de ações e propostas condizentes com a realidade apresentada pelo setor.

Definição de um orçamento próprio para a Secretaria Nacional de Cultura, definido a partir do orçamento global do Partido, em cada unidade federada onde o PT estiver organizado, sendo que sua execução ficará a cargo das respectivas Secretarias e Coordenações de Cultura que tiverem cumprido todas as exigências do PED, e que apresentem propostas concretas com vistas à organização da militância, subsidiando-as com ferramental necessário para apresentação e disputa de projetos junto à sociedade civil. Além disso, deverão prestar contas sobre o trabalho realizado à Executiva local do Partido.

Educação

“A educação é um direito de todos, que deve ser assegurado ao longo da vida”. Garantir esse direito é hoje o mais importante desafio estratégico do país. A educação é uma das condições para o desenvolvimento sustentável, a distribuição de riquezas e a soberania da nação e se constitui a um só tempo, em meio e objetivo do desenvolvimento e diminuição das desigualdades. A educação, sozinha, não pode promover a transformação necessária. Sem ela, essa transformação será impossível. (...)

O governo do presidente Lula compreende que os processos educacionais devem estar comprometidos com o desenvolvimento pleno das potencialidades de cada ser humano, devem facilitar a compreensão da relação homem com a natureza, a sociedade e a cultura no tempo e no espaço, tendo-se, para isso, a ética como

referência para conhecer e para ser. O sujeito educado pode buscar individual e coletivamente melhores maneiras de superação das condições de desigualdade material e cultural, de resolução dos conflitos por meios democráticos.

Esta concepção implica que a escola, sempre influenciada pelas dinâmicas e relações sociais, seja um espaço de investigação e pólo de construção e organização da cultura, que interaja e valorize as várias experiências sociais e culturais de seus alunos e comunidades. (...)

Tal esforço deve estar associado ao aperfeiçoamento dos canais e dinâmicas de participação social consagrados pela Constituição, pela lei de Diretrizes e Bases da Educação e legislação específica aos Estados e Municípios. As experiências realizadas no país, que alargaram significativamente as esferas públicas de participação social, têm demonstrado que o envolvimento dos vários segmentos da sociedade na discussão das políticas educacionais é determinante para o aperfeiçoamento da democracia no país, para a superação das desigualdades sociais e regionais e para a cooperação e integração do Brasil com vários países do mundo. “(Programa de Governo do Presidente Lula)”.

Essas concepções, presentes no programa de governo do presidente Lula, demonstram que a prioridade conferida à educação de qualidade social diz respeito a uma determinada visão do desenvolvimento nacional. Segundo essa visão o acesso às condições de produção do conhecimento, em todos os campos, é um direito sem o qual não poderá haver diminuição das desigualdades, superação da exclusão e produção de conhecimento. A produção e a apropriação de conhecimento é condição insubstituível do desenvolvimento econômico e social e o compromisso em garanti-la implica que o debate sobre as políticas

educacionais levado a efeito no país é uma das condições para que a democratização desse direito.

Nosso segundo governo, por decisão do presidente Lula, traz para o âmbito do governo federal, respeitados os princípios federativos, uma firme atuação visando à busca e a garantia da qualidade da educação pública como direito de toda a população.

Além do compromisso com a conquista, histórica, do FUNBEB e com sua regulamentação; com a valorização e integração entre os níveis e modalidades de ensino para os quais foram estabelecidas políticas nacionais voltadas a garantia da qualidade, do acesso e da democratização da gestão da educação, o governo lança um plano de educação que tem como eixo a qualidade da educação em estreita colaboração com estados e municípios.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um conjunto de 39 ações⁴ anunciadas pelo Ministério da Educação em abril desse ano, traduz o compromisso de tornar a educação uma prioridade do governo e da sociedade brasileira, com vistas a atingir novo patamar de qualidade a partir de novos padrões de gestão e de financiamento por meio do FUNDEB.

O dois movimentos, seja o de buscar a adesão da sociedade para tornar a educação uma prioridade do país, seja o de envidar esforços para a conquista da qualidade - ao mesmo tempo em que se amplia o acesso à educação básica e ao ensino superior públicos, representam uma ruptura importante com as políticas governamentais de vocação neoliberal.

⁴ As ações previstas no PDE são as seguintes: Fundeb, Incentivo à Ciência, Transporte Escolar, Plano de Metas, Brasil Alfabetizado, Luz para Todos, Piso do Magistério, Formação, Educação Superior - Reuni, FIES e PROUNI, Biblioteca na Escola, Educação Profissional, Estágio, Proinfância, Salas Multifuncionais, Pós-Doutorado, Censo pela Internet, Saúde nas Escolas, Olhar Brasil, Mais Educação, Educação Especial, Professor Equivalente, Guia de Tecnologias, Coleção Educadores, Dinheiro na Escola, Concurso, Acessibilidade, Cidades-Pólo, Inclusão Digital, Gosto de Ler, Conteúdos Educacionais, Planos Escolares, Formação da saúde, Literatura para Todos, Proext: extensão, ensino e pesquisa, Licenciatura de Qualidade: Prodocência, Nova Capes, Provinha Brasil,

Tais políticas apresentaram ao menos duas faces à sociedade. A primeira, a de subordinação das metas e orientações educacionais à redução do papel do estado em todas as áreas o que implicou uma forte restrição de recursos e a focalização de políticas – como no caso do ensino fundamental – apresentada à sociedade como empenho em estabelecer prioridades.

A limitação do direito à educação de crianças e jovens ao ensino fundamental ocorreu, aliás, sem oferecer-lhes as condições mínimas de acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela sociedade como instrumento de emancipação e construção de novos saberes.

A segunda, a de uma forte redução dos horizontes culturais de milhares de crianças e jovens na medida em que a educação foi instrumento, quando muito, de reprodução de conhecimentos e não de construção e domínio de suas condições de produção. Também nesse caso as políticas focalizadas resultaram em investimentos em projetos pontuais, fragmentados e fragmentários que subtraíram da maioria da população o direito inalienável e inadiável a uma educação de qualidade e democrática.

Por essa razão, o PT apóia a mais ampla mobilização do país no sentido de tornar a educação uma prioridade e empenhará o melhor dos seus esforços para que a democratização do acesso e da gestão da educação se tornem inseparáveis da busca por sua qualidade social.

Tal mobilização deverá voltar-se à defesa e aperfeiçoamento do PDE como política de Estado de forma a superar-se no país uma educação pobre e empobrecedora para os setores populares, bem

como sua subordinação à lógica do mercado. Deverá assim, fazer do PDE um caminho para garantir a inserção da educação no campo dos direitos de forma a garantir qualidade social possibilitando acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento humano.

Momento privilegiado desse processo deverá ser a I Conferência Nacional de Educação na qual se poderá tratar de maneira articulada e integrada todos os níveis de ensino com ampla participação social, particularmente dos movimentos sociais.

A Conferência, precedida por Conferências Municipais e Estaduais, será espaço privilegiado para que se possa avaliar e articular as definições da LDB, do Plano Nacional de Educação e do PDE, propondo-se alterações e mudanças nestes instrumentos de política pública, se for o caso.

Desde já o PT se dispõe a contribuir com a discussão de uma pauta que, apoiada no programa de governo que elegeu o presidente, contribua com o aperfeiçoamento do plano.

Sobre avaliação e o IDEB

Conforme indicado no programa de governo a avaliação deve se constituir em instrumento de aperfeiçoamento do projeto político-pedagógico das escolas e das políticas educacionais sob responsabilidade de estados e municípios, razão pela qual tem forte poder indutor. Para tanto deve se referir a processos - e não apenas a resultados - deve ter caráter cumulativo e contínuo, tal qual definido qual definido pela LDB, envolvendo alunos, familiares,

educadores, gestores e procedimentos de gestão de maneira a permitir o estabelecimento da cultura do planejamento e replanejamento da política educacional. Por essa razão ainda que o IDEB se constitua em um indicador importante - na medida em que combina dados de fluxo escolar com os instrumentos de avaliação de desempenho em português e matemática -, ainda que a Provinha Brasil possa oferecer informações significativas sobre a aquisição da escrita no processo da alfabetização, esses indicadores são insuficientes para induzir a cultura da avaliação vinculada ao planejamento e a gestão da política educacional nos estados e municípios e, ainda mais, para induzir as políticas nacionais nas áreas de formação e currículo.

Em função dessas considerações sugere-se que o MEC incentive a avaliação externa e interna dos sistemas municipais e estaduais de educação e estenda a avaliação a outros campos do conhecimento imprescindíveis ao desenvolvimento cultural das gerações que passam pela escola. Sugere-se ainda, a realização de uma avaliação combinada que incorpore no IDEB outros indicadores - avaliados pelo SAEB - como condições culturais, sociais e as estruturas físicas, humanas e administrativas das escolas visando a concretização da avaliação processual indicada.

A dinâmica do SINAES pode se constituir em uma referência para esse fim.

Formação de gestores municipais e estaduais.

Uma das metas apontadas pelo programa de governo para que se consiga alterar os padrões de qualidade da educação refere-se ao

aperfeiçoamento da gestão da educação no país. Trata-se de fortalecer e apoiar os municípios para que definam políticas educacionais à luz dos programas de governo, dos planos nacional, estadual, municipal de educação e das metas projetadas a partir do IDEB. No mesmo sentido é fundamental que sejam definidos mecanismos de planejamento e gestão dessas políticas que permitam a articulação e integração de ações e equipes, a racionalização no uso dos recursos de toda ordem e, o que é fundamental, diálogo e orientação permanentes as unidades educacionais.

O aperfeiçoamento da gestão é indissociável de sua democratização visando a superação do gerencialismo presente em vários sistemas de ensino. Por essa razão é necessário fortalecer a articulação de iniciativas do governo voltadas para esse fim. Também nesse sentido, vale destacar, a importância do empenho de todos os segmentos para o encaminhamento e aprovação dos projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado visando aperfeiçoar a democracia nas unidades educacionais (inclusive nas instituições federais de ensino) em todo país. Por meio da escolha de dirigentes pela comunidade, pela valorização dos projetos políticos pedagógicos (ppps) das escolas – como instrumentos de planejamento coletivo –, pela constituição de conselhos escolares deliberativos e representativos dos segmentos da comunidade escolar será possível ampliar a democracia nas unidades educacionais.

A profissionalização dos trabalhadores em educação e a instituição de novos padrões de gestão pedagógica.

A criação do Piso Salarial Profissional Nacional contribui para que o país assegure a valorização profissional dos trabalhadores em educação de maneira a reverter o aumento do déficit e evasão de profissionais na área. Com a instituição do piso, será possível atingir, progressivamente, melhores condições salariais para o conjunto dos trabalhadores em educação do país, em especial para o magistério (PL 619/07). Trata-se de assegurar que possam dedicar mais tempo a seus alunos em uma mesma escola por meio da investigação, da formação e do desenvolvimento do projeto político pedagógico em cada unidade.

Mas, além do salário para que o professor possa dedicar mais tempo à formação e ao trabalho individual e coletivo voltado à investigação sobre os alunos e à construção e acompanhamento do projeto político-pedagógico é preciso que sua jornada de trabalho preveja esse tempo.

A instituição de uma jornada integral que suponha o trabalho coletivo e a formação individual tem duas implicações fundamentais: a resignificação da docência - na medida em que o trabalho do professor deixa de ser reduzido estritamente à sala de aula; e a de que a qualidade da educação não resulta apenas da formação e dos méritos individuais. Uma jornada que destine tempo para o exercício da investigação, reflexão sobre prática e sobre os campos do conhecimento e da criação humana. Uma jornada que permita a elaboração e a construção de novos saberes pedagógicos pelas equipes das escolas, com os aportes da formação continuada, representa um grande impulso para que as necessidades e dificuldades dos alunos sejam tratadas com maior profundidade e

melhor nível de elaboração no que se refere ao desenvolvimento do currículo.

Por essa razão tem grande importância a aprovação do PL 1.592/2003 que visa fixar diretrizes nacionais para a carreira dos profissionais da educação. Além das diretrizes de carreira será necessário que os Municípios, Estados e União assegurem o financiamento desses investimentos na valorização profissional. Na mesma direção merece apoio o PL 6206/2005 que contribui para a profissionalização dos funcionários da educação.

A qualificação profissional dos educadores deverá merecer grande atenção, particularmente no que se refere à combinação entre formação à distância e presencial.

No que diz respeito especialmente à formação continuada dos trabalhadores em educação, vale ressaltar a necessidade de que tenha caráter multidisciplinar, particularmente no que se refere aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Tal caráter multidisciplinar, marcado pelo diálogo entre as áreas do conhecimento, pode permitir a construção de uma visão crítica sobre eles; pode permitir também a ampliação do universo cultural dos educadores necessária ao desenvolvimento mais complexo e eficaz com os alunos de noções em vários campos do saber com os quais, necessariamente, se relaciona a alfabetização.

A qualificação social e profissional dos trabalhadores em educação é um dos elementos mais importantes para o sucesso do PDE e deverá merecer grande atenção. Deverão ser construídos itinerários formativos que permitam aos trabalhadores vislumbrarem o

conjunto do seu processo formativo, com a combinação adequada entre formação presencial e à distância, bem como deverão ser construídos processos de reconhecimento dos saberes construídos no trabalho. A participação dos atores sociais da educação é imprescindível em todas as etapas da gestão da formação continuada dos trabalhadores em educação.

Os programas de formação e capacitação profissional devem ser intrinsecamente articulados com a carreira.

Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA)

No âmbito das determinações do Decreto 6093, que prevê o estabelecimento do Plano Plurianual de Alfabetização como condição do apoio técnico e financeiro da União a Estados, Municípios e Distrito Federal, é relevante que se destaque a integração entre EJA, certificação de conhecimentos e saberes, qualificação social e profissional e geração de emprego e renda. Trata-se de ampliar a formação de jovens e adultos e contribuir para a superação das condições de exclusão, tal qual indicado no programa de governo.

A EJA não pode ser exclusivamente voltada para a alfabetização, mas deve ser direcionada também para o ensino fundamental (1º e 2º segmentos) e ensino médio, com ênfase nos currículos integrados (educação básica e qualificação social e profissional). Também não pode ser exclusivamente voltada para o domínio da leitura, escrita e da aritmética, sendo fundamental as abordagens do contexto social e territorial, além da história das comunidades onde se inserem os educandos contribuindo para o fortalecimento

das suas identidades sociais e fornecendo-lhes o instrumental para uma leitura do mundo na perspectiva emancipatória. Nesse mesmo sentido o Programa Pró-Jovem deverá, necessariamente, estar articulado com as ações de educação de jovens e adultos dos municípios e estados.

Visando aperfeiçoar essa formação dos alunos, é importante que nos estados e municípios seja favorecido o acesso e o contato com a produção cultural da forma mais ampla possível.

Educação Profissional.

A necessária expansão da educação profissional de nível técnico e tecnológico deve ser acompanhada por medidas que superem a concepção produtivista e mercadológica, voltada exclusivamente para a empregabilidade, ainda hegemônica no país. Currículos integrados (a exemplo do PROEJA, Saberes da Terra, PROJovem e Trabalho Doméstico Cidadão), formação de educadores de educação profissional, reformulação das diretrizes da educação profissional baseada no Decreto 5.154, participação dos atores sociais na gestão de programas e ações são questões centrais que devem merecer prioridade.

Quanto à formação inicial e continuada de trabalhadores (FICT), é fundamental a sua regulação, abrangendo não apenas as ações do governo federal, estadual e municipal, como as ações do Sistema S e a formação nas empresas (“educação corporativa”). Esta regulação, assim como a articulação do MEC com o Ministério do Trabalho e Emprego na construção do repertório nacional de qualificações e no catálogo nacional de cursos e entidades de FICT

inibirá fortemente o desperdício de recursos causados pela fragmentação, superposição ou inadequação de ações, bem como o retorno de políticas compensatórias de qualificação, como o PLANFOR. Do mesmo modo, é fundamental a regulação da certificação profissional, hoje sob o domínio privado e sob o controle de mecanismos de qualidade total ("certificação de pessoas").

Discussão do Reuni e fortalecimento da Universidade Aberta do Brasil.

O programa de reestruturação e expansão das universidades federais - REUNI lança desafios importantes quanto à ampliação e ocupação das vagas nas universidades federais. Eles dizem respeito à ampliação das condições de acesso de milhares de jovens à universidade bem como ao aprimoramento das condições de realização, permanência e conclusão dos cursos. Esses objetivos se traduzem, entretanto, em medidas cujos fundamentos merecem maior e melhor discussão por todos os segmentos das universidades e pela sociedade. Destacamos particularmente: a elevação da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito ao final de cinco anos; a ausência a esse respeito de referência à pós-graduação; a superação da evasão e o comprometimento com a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento por políticas geradas, exclusivamente, no interior das universidades federais e ainda, a ampliação da mobilidade estudantil com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que garantam mobilidade dos estudantes.

Em relação ao acesso é importante que todos os esforços sejam realizados pela sociedade visando à aprovação do PL 73/99 para a institucionalização das reservas de vagas.

Por outro lado, a qualidade da educação superior pública deve continuar a ser referência para o sistema. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser cumprida rigorosamente pelas universidades, sejam públicas ou privadas.

Esse, por sua vez, necessita de marcos regulatórios de contornos mais definidos, que balizem a criação e o funcionamento das instituições. Esses marcos devem estar articulados com os procedimentos nacionais de avaliação nacional já consubstanciados no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior).

Vale ressaltar, ainda, a necessidade de que o REUNI estabeleça mecanismos de valorização e capacitação dos trabalhadores e que tal processo esteja articulado à carreira nacional.

Cabe destacar também a importância da qualificação e realização dos cursos de formação inicial e continuada à distância no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. A atenção para o equilíbrio entre os momentos de atividades presenciais e as orientações à distância são imprescindíveis para assegurar a qualidade desses cursos e o acesso dos estudantes.

Regime de Cooperação

São condições indispensáveis para que se concretizem mudanças estruturais no desenvolvimento da educação nacional a regulação do regime de cooperação e formas de articulação entre os entes

federados, bem como a organização de um Sistema Nacional de Educação, regulamentando o artigo 23 da Constituição Federal.

Realização da I Conferência Nacional de Educação

A Conferência Nacional de Educação, cujo processo foi iniciado em 2007, é um marco inédito em termos da democratização da gestão educacional no país.

Seguramente o processo de realização da Conferência, terá um efeito demonstrativo importante para municípios e estados. Tanto no que diz respeito à mobilização social quanto aos processos de elaboração e /ou acompanhamento e compatibilização dos planos municipais, estaduais de educação e das metas do PDE.

É fundamental que esse processo de compatibilização entre os Planos e o PDE em cada município e estado resulte também na articulação entre os vários canais de participação existentes em cada localidade de modo a se evitar superposição de ações e iniciativas e o esvaziamento de algum desses espaços.

Como já indicado, essa será uma oportunidade para a participação da sociedade, em particular dos movimentos sociais, na discussão dos rumos da educação no país, O processo de preparação ocorrerá fundamentalmente, por meio de Conferências Estaduais de Educação. No caso dos municípios de maior influência para o desenvolvimento do Estado ou Distrito Federal, bem como das capitais das Unidades Federadas, deverão ser realizadas Conferências Municipais de Educação. Tais conferências deverão representar uma oportunidade rara para a troca de experiências,

assim como para a elucidação das várias concepções de educação e políticas educacionais no Brasil na medida em que realize um balanço da implementação do Plano Nacional de Educação e a prospecção de novas metas para a educação brasileira.

A política internacional do PT

A maioria dos partidos políticos brasileiros dedica pouca atenção aos temas relacionados às questões internacionais e de política externa do país. Este não é o caso do PT, que desde sua fundação vem desenvolvendo uma intensa atividade nesta área e conta, desde 1984, com uma Secretaria de Relações Internacionais.

A década dos oitenta

Na década de oitenta, as relações internacionais do PT estiveram fortemente vinculadas ao trabalho de solidariedade e denúncia contra violações aos Direitos Humanos em nosso continente. Nesse tempo, em muitos países da América Latina e Caribenha lutava-se contra ditaduras militares.

Na América Central e no Caribe, o PT deu apoio concreto aos diferentes processos de luta, seja na Nicarágua, em El Salvador, na Guatemala, bem como na defesa de Cuba perante o bloqueio dos Estados Unidos.

Um exemplo desse período foi a brigada de solidariedade internacional que o PT manteve na Nicarágua entre 1985 e 1987, por solicitação da FSLN, composta por seis militantes com atuação na área de saúde.

Na América do Sul, foi expressivo o trabalho de solidariedade com as entidades de defesa de Direitos Humanos que denunciavam os terríveis atropelos à dignidade humana no Chile, na Argentina, no Uruguai.

Esse trabalho abriu espaço para a participação, nas campanhas pela Anistia e por Direitos Humanos no Brasil, de muitos dos exilados chilenos, argentinos e uruguaios aqui residentes.

Depois da Lei de Anistia de 1979, muitos integrantes do Comitê Brasileiro pela Anistia prosseguiram sua atividade em entidades como Clamor (Comitê de Defesa dos DDHH para os países do Cone Sul) e o CBS (Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos de América Latina).

Também neste período, foi muito intensa a relação com o governo e com o Partido Comunista de Cuba, que acolheram muitos militantes da esquerda brasileira, durante a ditadura militar no Brasil. Outras organizações, como a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), vários partidos comunistas e socialistas de países ocidentais, bem como países da Europa Oriental, tiveram a mesma atitude solidária, o que se traduziu na relação entre petistas, estes partidos e países.

É importante lembrar que, nos anos 80, o PT não tinha a importância que possui hoje. O PT só se afirmaria internacionalmente no final da década dos 80, especialmente com a eleição direta para Presidente de 1989, depois de quase trinta anos de ditadura militar, quando Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello se confrontaram no segundo turno.

A partir deste momento, iniciou-se uma nova fase das relações do PT com partidos e governos, em todo o mundo, com base no reconhecimento e no respeito que lhe imprimiam a impressionante votação de 1989.

O apoio recebido pela candidatura Lula e pelo PT, neste momento, encontra paralelo nas manifestações de solidariedade internacional ao movimento grevista, na virada entre as décadas de 70 e 80. Essas manifestações vinham um pouco de toda a parte, mas principalmente do sindicalismo europeu, que pouco depois se converteria em forte movimento de apoio à CUT, fundada em 1983. O apoio dado à CUT pelo sindicalismo europeu repercutiu no Partido, que passou a relacionar-se com os líderes e partidos políticos vinculados às diversas centrais sindicais.

A atuação internacional da CUT permitiu também o início de uma relação mais estruturada com as centrais sindicais da América Latina e Caribenha, em especial a formação da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), em 1986. Essa iniciativa teve como objetivo inicial promover o intercâmbio entre as experiências sindicais dos países vizinhos, na tarefa de articular propostas e ações do movimento sindical, nos marcos do processo de integração regional.

A década dos noventa

A crise dos países socialistas, cujo auge foi entre o final dos anos oitenta e o início dos anos noventa, impactou fortemente as relações internacionais do PT, consolidou a opção petista por trilhar caminhos próprios no cenário mundial, desenvolvendo relações com

todos os partidos democráticos e de esquerda, pertencentes a diferentes tradições.

Esta opção pluralista se materializou com força na convocatória das organizações, movimentos e partidos de esquerda da América Latina e Caribenha para uma reunião, em julho de 1990, na cidade de São Paulo.

A motivação principal desta reunião foi reunir as esquerdas do continente, para refletir sobre os acontecimentos pós-queda do Muro de Berlim e pensar alternativas ao predomínio das políticas neoliberais executadas por governos como os de Collor, Menem, Fujimori e Salinas de Gortari.

A partir da convocatória feita pelo PT, nasceu o que futuramente se chamaria Foro de São Paulo, que ao longo dos últimos 17 anos contou com a participação ativa da Frente Ampla de Uruguai, da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) de Nicarágua, do Partido Revolucionário Democrático (PRD) do México e do Partido Comunista de Cuba, entre outras forças políticas.

Além de participar ativamente do Foro de São Paulo, respondendo por sua Secretaria Executiva, o PT participa da Conferência Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COPPPAL) e da Coordinación Socialista Latinoamericana (CSL).

Ao mesmo tempo que priorizamos, durante os anos 90, a construção de relações estáveis com partidos e movimentos de América Latina e Caribenha, não descuidamos das relações com

partidos de outros continentes. Na Europa, por exemplo, desenvolvemos vínculos com os todas as correntes partidárias: comunistas, social-democratas, verdes e outros partidos de esquerda.

O PT foi o primeiro partido brasileiro a introduzir a questão da integração regional na sua agenda. Foi assim que, em 1993, o partido promoveu o Seminário Nacional sobre o Mercosul, na capital do Estado do Paraná. A "Carta de Curitiba" resultante deste seminário influenciou os programas eleitorais que apresentamos em 1994, 1998 e 2002, propondo mudanças nos rumos do Mercosul.

Também nos anos noventa, é importante salientar a atuação internacional das prefeituras petistas. Administrações dirigidas pelo PT participaram ativamente, em 1995, da criação da rede Mercocidades, que hoje conta com cerca de 180 cidades. O governo municipal de Porto Alegre e, posteriormente, o governo do Estado de Rio Grande do Sul constituíram-se em referências importantes de políticas públicas inovadoras, em especial do orçamento participativo, o que explica a decisão de realizar, naquela cidade e naquele estado, as primeiras edições do Fórum Social Mundial.

Também na década de noventa, a CUT decidiu intervir diretamente no processo de integração regional oficializado pelo Tratado de Assunção (1991). Ante a indiferença dos governos, que concentravam seus esforços na dimensão comercial do processo de integração, e dos políticos tradicionais, que pouco discutiam o tema da integração, chama nossa atenção a densidade do trabalho das centrais sindicais, em favor da dimensão social do Mercosul. A vocação integracionista da CUT e do PT foi pioneira e rompeu as

fronteiras nacionais, à procura dos seus pares nos países do Cone Sul, para tecer acordos horizontais que modificaram o processo tradicional de tomada de decisões.

No plano continental, a ação do movimento sindical e dos movimentos sociais contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi concomitante à denúncia feita pelo Partido dos Trabalhadores dessa proposta estadunidense, que qualificamos como "projeto de anexação".

Também nos anos noventa, ganham destaque os Núcleos do PT no exterior que, articulados com a Secretaria de Relações Internacionais (SRI), ajudam a organizar os filiados e simpatizantes brasileiros e do país sede do Núcleo; participar e/ou promover ações na defesa dos direitos políticos e políticas sociais dos brasileiros que vivem no exterior; mobilizar os militantes petistas no exterior e fazer campanha para o PT nos processos eleitorais; representar o PT no exterior, quando demandado pela SRI; manter o diálogo permanente com entidades e organizações democrático-populares e progressistas, bem como amigos do PT nos diversos países. Nesses marcos foram organizados o I Encontro dos Petistas na Europa em fevereiro de 1994 em Paris, o I Encontro dos Núcleos do PT no Exterior em dezembro de 1996 em Lisboa, assim como, na década seguinte os II e III Encontro dos Petistas na Europa em 2006 em Lisboa e em 2007 em Paris, respectivamente.

Anos 2000

Nessa década ainda em curso, a atuação internacional do PT sofre um crescimento exponencial, que se materializou em dois movimentos principais.

Por um lado, temos as várias edições do Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre. O FSM contou e segue contando com o apoio do Partido dos Trabalhadores, cuja participação foi determinante para o sucesso e a continuidade dessa reconhecida instância de debates de políticas públicas e articulações sob o lema "Um outro mundo é possível". Dentre as várias dimensões do FSM, destacamos o Fórum Parlamentar Mundial e o Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social (FAL).

O Fórum de Autoridades Locais construiu-se como espaço de encontro e trocas entre governos que se pautam pela “paz, a inclusão social, a democracia participativa, as metrópoles solidárias, a defesa de promoção dos serviços públicos, o direito à cidade e ao meio ambiente sustentável e o respeito aos direitos fundamentais (educação, saúde, moradia e acesso à água), garantindo os direitos de plena cidadania, especialmente dos imigrantes”.

Trata-se de um espaço de resistência e de construção de novas práticas, experiências e organização administrativa, voltadas a impedir ou diminuir os impactos das políticas neoliberais na vida cotidiana de nossas cidades.

A partir do FAL, derivou-se outro espaço de organização: o Fórum de Autoridades Locais Periféricas (FALP), que articula governos locais cujas populações estão submetidas à uma relação de dependência e de exclusão, frente às cidades pólos ou metrópoles.

Esta organização de autoridades locais é de suma importância, frente à inércia dos governos dos grandes centros, possibilitando novos arranjos político-administrativos que promovam metrópoles solidárias.

Ainda no terreno da atuação internacional de governos locais, as administrações petistas mantiveram ou assumiram papel de liderança em várias articulações regionais e internacionais. Um exemplo disto foi o processo de unificação de redes mundiais (Federação Mundial das Cidades Unidas e União Internacional de Governo Locais), na organização mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), processo no qual São Paulo e outras prefeituras petistas participaram ativamente. Registre-se, ainda, o estímulo ao debate sobre a cooperação descentralizada e a constituição de um trabalho internacional na Frente Nacional dos Prefeitos.

Nesta década também, a Juventude do PT passou a ter uma atuação mais orgânica nos espaços internacionais. Em maio de 2005, criou-se o GT Juventude e Relações Internacionais, composto por dirigentes e militantes da JPT e contando com participação e acompanhamento da SRI. A JPT foi protagonista na constituição do Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul (FJPM). Este busca ser um espaço de discussão e articulação entre as diversas juventudes de partidos de esquerda da região, permitindo também um diálogo plural entre partidos e movimentos sociais para pensar e concretizar uma integração regional solidária. Além disso, a JPT tem participado das duas internacionais, a FMJD e a IUSY, assim como dos encontros dos movimentos sociais (FSM e outros) e

desenvolvido relações bilaterais (com partidos, entre outros, de Cuba, El Salvador, França, Paraguai e Uruguai).

O segundo grande movimento efetuado pelo PT, no terreno internacional, decorre de nossa chegada à presidência da República.

A eleição de Lula, em 2002, e a presença de governos de esquerda e progressistas em vários países da região, mudou os termos de nossa relação com movimentos, partidos e governos progressistas e de esquerda, no Continente e no resto do mundo.

Desde o início de 2003, o PT enfrenta o desafio de articular as relações internacionais do Partido com a política externa do governo Lula. O êxito de nossa agenda regional (Mercosul e Comunidade Sul-americana de Nações, hoje UNASUL) supõe que o Partido consiga estreitar relações com os partidos amigos, bem como movimentos sociais, para que a integração não seja apenas entre governos. Destacamos, nesse sentido, iniciativas como a Aliança Social Continental, que desenvolve importante trabalho de intercâmbio e busca de consenso em torno da construção de um projeto de integração regional solidário.

Um exemplo bem-sucedido foi a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas, projeto apresentado pelos Estados Unidos em 1994 e derrotado graças ao esforço conjunto de partidos, movimentos sociais e governos progressistas e de esquerda.

Hoje, o governo Bush, acuado não só pela esquerda latino-americana e caribenha, mas também pelas pressões protecionistas

no Congresso de Estados Unidos, “arquivou” o projeto ALCA e o substituiu pela tentativa de negociar Tratados de Livre Comércio entre os EUA e países da região.

Nesta década, além da prioridade para a América Latina e Caribe, não descuidamos das relações com a Europa. E buscamos estreitar relações com partidos do Oriente Médio, da África e da Ásia. Atualmente, o PT mantém protocolos de cooperação com diversos partidos.

O PT seguiu dando prioridade ao Foro de São Paulo, como instância comprometida com a integração regional, a confraternização, o diálogo, o intercâmbio de experiências, a solidariedade e a unidade de ação de amplos setores da esquerda de nosso continente, sem perder de vista a pluralidade política e a diversidade cultural latino-americana e caribenha.

Ao mesmo tempo, acompanhamos outras organizações, sem que isto implique vínculos organizativos. É o caso da Internacional Socialista, que em 2003 realizou um Congresso na cidade de São Paulo.

Situação internacional

O mundo em que vivemos hoje é profundamente diferente daquele marcado pelo conflito entre “campo capitalista” e “campo socialista” (1945-1990). O atual período é marcado por um grau de predomínio do capitalismo que não possui precedente histórico. Este capitalismo assumiu, nos anos 90, três formas principais: no terreno das idéias, o pensamento neoliberal; no terreno político-

militar, o poderio dos Estados Unidos; no terreno da economia, a força do capital financeiro.

Hoje, o neoliberalismo, os Estados Unidos e o capital financeiro não possuem a mesma “atração” que exibiam no início dos anos 90. A tentativa de impor um mundo unipolar, submetido ao governo dos Estados Unidos, dominado pelo grande capital e pelas fórmulas neoliberais, desencadeou resistências de vários tipos. Vale dizer que o discurso do “Estado mínimo” não corresponde à prática do próprio governo estadunidense.

Podemos dizer, portanto, que embora sigamos vivendo nos marcos do período histórico aberto em 1990, estamos dentro de uma etapa nova, marcada pelo crescimento da resistência e pela construção de alternativas.

A atual etapa internacional é produto combinado de vários processos e acontecimentos. Entre eles, citamos a crise asiática de 1997, que desmoralizou as receitas neoliberais; o surgimento e expansão de grandes mobilizações mundiais (as vezes chamado de movimento altermundista ou anti-globalização); o ataque terrorista contra os EUA, em 2001, e a reação posterior; a afirmação da China como potência econômica; e, finalmente mas não menos importante, a onda de governos de esquerda e progressistas na América Latina e Caribenha.

A nossa é a região do mundo onde a resistência se encontra mais avançada, tendo conquistado governos, impulsionado fortes lutas sociais e constituído um ideário anti-neoliberal, que em alguns

casos é defendido por partidos e movimentos que se proclamam anti-capitalistas e socialistas.

Um dos desafios da esquerda brasileira é o de manter um acompanhamento constante da situação mundial. Pensando nisto, a Fundação Perseu Abramo e a SRI criaram o Periscópio Internacional, que divulga todo mês uma síntese dos principais acontecimentos e temas internacionais.

Conjuntura latino-americana e caribenha

Vivemos um momento contraditório em nosso subcontinente. Por um lado, as forças pró-capitalistas e neoliberais seguem hegemônicas no terreno econômico-social, nas instituições internacionais e no terreno político-militar, bem como no governo de vários países do continente. Por outro lado, as forças progressistas, democrático-populares e socialistas retomaram parte da capacidade organizativa e de mobilização que tinham antes dos anos 1990, além de ocuparem posições importantes nos governos de vários países da região, a partir dos quais vem buscando reorganizar o tecido social e o funcionamento da economia nacional e regional.

A convergência de vários governos de esquerda e progressistas na América Latina e Caribenha constitui a grande novidade da atual conjuntura. Isto se tornou possível graças à combinação de três elementos principais: os efeitos do neoliberalismo na região, a capacidade que vários partidos demonstraram de capitalizar eleitoralmente a insatisfação popular e o crescimento dos movimentos de contestação.

Os avanços registrados pelas forças de esquerda e progressistas trouxeram consigo enormes possibilidades, mas também velhos e novos problemas. Nossos sucessos eleitorais não significam, ainda, que o neoliberalismo tenha sido derrotado, nem tampouco que o padrão histórico de desenvolvimento capitalista vigente na região esteja perto de ser superado, isto apesar do grande esforço que vem sendo feito por vários governos da região, no sentido de ampliar a soberania, a democracia e as políticas sociais.

Ao longo dos últimos cinco anos tivemos um conjunto importante de eleições na América Latina e Caribenha. Estas eleições - no Chile, Colômbia, Bolívia, Haiti, Costa Rica, México, Equador, Peru, El Salvador, Nicarágua, Brasil e Venezuela - revelaram uma correlação de forças, eleitoral e política, marcada pela vitória ou pelo menos pelo crescimento das forças progressistas, nacionalistas e de esquerda.

No caso do Haiti, a vitória de Preval mostra que existem energias populares naquele país, capazes de reconstruí-lo de maneira soberana e autônoma. Após jogar um papel importante no processo eleitoral, cabe ao governo brasileiro exigir que sejam cumpridos os compromissos internacionais de apoio, necessários para alterar a situação material do país. Em comum acordo com o novo governo, a Minustah deve se retirar o quanto antes do país.

Ao lado dos casos já citados, tivemos outras eleições presidenciais cujos resultados devem ser analisados com atenção. É o caso, principalmente, do Peru, Colômbia e México.

No Peru, a disputa principal deu-se em junho de 2006, entre Ollanta Humala, um militar da reserva e candidato pela coalizão partidária Unión por el Peru; e Alan Garcia, que já presidira o país na década de 1980 pelo Partido Aprista.

Na Colômbia o presidente Álvaro Uribe foi reeleito no primeiro turno em maio com 62,2% dos votos. Porém, o Pólo Democrático Alternativo alcançou o segundo lugar, com a candidatura de Carlos Gaviria, superando o Partido Liberal e tornando-se uma alternativa real de governo no país.

No México, o candidato do Partido da Revolución Democrática (PRD), Andrés Manoel Lopez Obrador, esteve na dianteira praticamente todo o tempo, enfrentando uma duríssima campanha caluniosa e anticomunista, deflagrada pelos outros candidatos e apoiada pelo governo Fox e pelos grandes meios de comunicação.

Embora na reta final o candidato do Partido de la Acción Nacional (PAN), Felipe Calderón, tivesse subido nas pesquisas, ainda assim dificilmente venceria as eleições. No entanto, no dia 6 de setembro o Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário Federal (TRIFE) do México o declarou vencedor da eleição presidencial ocorrida em 2 de julho, por uma diferença de apenas 243.000 votos (0,58%), num total de 41 milhões de votos.

A coligação que apoiou Obrador apontou a ocorrência de irregularidades em cerca de 50 mil urnas, de um total de 132 mil, ou seja, quase 38% dos votos sob suspeita.

O atual ciclo de eleições presidenciais, que deve se encerrar com a disputa na Argentina, ainda em 2007, consolidou e ampliou o leque de governos progressistas e de esquerda na América Latina e Caribenha.

Grande parte, talvez a maioria da população de nosso continente, quer seguir o caminho das mudanças e não aceita continuar sob hegemonia neoliberal.

Este processo de mudanças assume diversas formas, das mais radicais às mais moderadas e institucionais. Entretanto, a resistência da direita à alternância de poder e às mudanças em marcha no nosso continente, assume em todos os casos uma forma muito semelhante e extremamente reacionária.

Na Venezuela impulsionaram um golpe de Estado, derrotado pela intervenção popular. No Brasil, tentaram um golpe midiático. No México, fraudaram eleições. Na Colômbia, apóiam o paramilitarismo.

São evidentes os pontos de contato e de cooperação entre as forças políticas de direita, em cada país, e o governo dos Estados Unidos. A ingerência é particularmente forte na Colômbia, no Paraguai e na América Central (vide El Salvador).

Frente as seguidas derrotas eleitorais, o maquinário político-ideológico da direita tenta introduzir cunhas entre as forças de esquerda e progressistas.

Os partidos políticos de direita, suas lideranças principais, a mídia e as forças econômicas dizem existir na nossa região um confronto entre as forças de mercado e democráticas, versus o "populismo de esquerda" e autoritário.

Tentam estigmatizar e desqualificar nossa política, associando-a com o passado. Ao mesmo tempo, buscam dividir os governos progressistas em dois grupos: a esquerda "moderna" e esquerda "atrasada", maximizando as diferenças nacionais e as estratégias políticas distintas, minimizando e ocultando os objetivos comuns a todos os nossos governos e partidos.

Existem diferenças reais entre as forças de esquerda e progressistas da América Latina e Caribenha. Estas diferenças devem ser analisadas e entendidas à luz das trajetórias político-culturais de cada país, das especificidades históricas, das distintas estruturas sociais.

A integração regional

O tema da integração é fundamental na construção de uma sociedade pós-neoliberal. Trata-se de combinar os desafios e necessidades de cada país de nossa região, com a construção de um espaço comum de cooperação que beneficie os povos. Isto exige enfrentar interesses internos e externos que defendem uma integração subordinada aos interesses das grandes empresas e do imperialismo estadunidense.

Não basta defender a integração como uma resposta aos problemas de cada um de nossos países e aos problemas do conjunto da

região. É preciso compreender que esta integração, para ter sucesso, precisa levar em conta a natureza assimétrica da economia dos diferentes países, bem como as diferenças históricas, culturais e políticas.

É preciso compreender, também, que existe uma contradição potencial entre o fortalecimento da soberania nacional e o projeto de integração econômica, social e política. Do adequado tratamento desta contradição, depende o sucesso da integração.

Os países mais fortes da região precisam oferecer contrapartidas e compensações aos demais. Não se deve defender reciprocidade simétrica entre países assimétricos.

A América Latina e Caribenha tem muitas possibilidades econômicas ainda inexploradas e uma população de aproximadamente 500 milhões habitantes, que conforma um importante mercado potencial. Mas para isso é preciso maior integração física entre nossos países. Sem isso, países que são vizinhos e que poderiam desenvolver relações muito mais estreitas, na prática estão tão distantes quanto os continentes europeu, asiático ou africano. Portanto, o investimento em rodovias, ferrovias, pontes, entre outros é fundamental. A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul (IIRSA) tem relação com isto. O desafio é garantir que a integração física ocorra sob uma hegemonia política adequada, que permita evitar ou pelo menos controlar os danos colaterais. Por exemplo, que haja severas regras e fiscalização para evitar danos ambientais à Amazônia.

A integração energética é outro fator de suma importância. É conhecido o potencial da energia elétrica hidráulica, do petróleo, do gás natural e da biomassa existente em solo latino-americano. Os recursos naturais existentes na América Latina e Caribe oferecem a base para qualquer projeto de desenvolvimento.

Não nos basta integração econômica, de infra-estrutura ou política. É preciso integração entre os povos, o que exige mecanismos institucionais que a promovam, tais como o ensino do idioma dos países vizinhos, de sua história, geografia e cultura. É preciso criar espaços institucionais onde autoridades locais, parlamentares, sindicatos, empresas, possam incidir de forma relevante. É preciso estimular e garantir a livre circulação de pessoas pelas fronteiras.

A política de meio ambiente em áreas fronteiriças e em regiões comuns como a Bacia Amazônica que envolve Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil deve ser compartilhada e concertada. Há iniciativas decorrentes do Protocolo de Kyoto que podem ser implementados de comum acordo.

Políticas sociais, como a erradicação do trabalho infantil, trabalho escravo ou análogo, a promoção do conceito de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e políticas de renda mínima também serão fortalecidas à medida que todos os países as adotarem como prioritárias.

A integração não é um projeto simples, nem de curto prazo. O processo europeu, ainda inconcluso e que para nós serve mais como aprendizado do que como modelo a seguir, já leva mais de 50 anos.

O fundamental é garantir que a integração continental tenha no povo seu alicerce fundamental. Também por isso, valorizamos iniciativas como o Somos Mercosul, as cúpulas sociais e, destacadamente, o Parlamento do Mercosul.

A política externa brasileira

A política externa é um dos principais sucessos do governo Lula. Iniciativas como a ação contra a fome e a pobreza, a defesa da taxação de fluxos financeiros e paraísos fiscais, a abertura da política internacional para a participação da sociedade civil, a prioridade estratégica conferida as relações Sul-Sul, ao continente africano e a integração continental, têm raízes na política de relações internacionais do PT.

O Brasil defende o multilateralismo. A Organização das Nações Unidas precisa de uma reforma estrutural, especialmente no Conselho de Segurança, para que possa cumprir suas funções políticas e normativas. A atual estrutura do Conselho de Segurança, tendo como os membros permanentes com direito a veto os cinco países que saíram vencedores da II Guerra Mundial, não condiz com princípios democráticos.

A política externa do governo Lula não substituiu as relações tradicionais do país, inclusive com os países desenvolvidos. Um exemplo disto é a parceria estratégica com a União Européia. O fortalecimento das relações Sul-Sul implica em afirmar as posições e interesses do Brasil, inclusive quando se contrapõem às visões dos países centrais, como foi o caso do posicionamento do governo

Lula em relação às negociações da Alca, à agenda de negociações na OMC, à proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU e à guerra no Iraque, entre outras.

Sobre a invasão ao Iraque, é importante lembrar a postura dos governos da América Latina e Caribenha que, tirando El Salvador, se manifestaram contra a invasão. Mesmo países como o México e Chile, que firmaram tratados (Nafta e TLC, respectivamente) com os EUA, votaram contra a guerra na reunião do Conselho de Segurança ampliado da ONU.

O governo tem conseguido construir uma série de alianças estratégicas, como o IBSA (Índia, Brasil e África do Sul), o G-20 na OMC e a articulação de países em torno do combate à pobreza e à fome. Outras iniciativas importantes foram o encontro de países árabes e sul-americanos, a ampliação das relações com os países africanos e o estreitamento de relações com a China.

Estas iniciativas recebem forte oposição de setores conservadores. É que, apesar dos reflexos positivos no crescimento das relações comerciais brasileiras, a política do governo Lula recusa o alinhamento aos interesses das grandes potências, traço característico de outros governos.

O Governo Lula apóia as relações internacionais descentralizadas entre municípios e estados brasileiros, com as instâncias político-administrativas homólogas da América do Sul, da Europa e da África. Esta iniciativa, no marco da cultura de relações exteriores brasileiras, é fundamental para desenvolver um modo petista de

fazer relações internacionais, envolvendo não só os governos centrais, mas outras instâncias governamentais e os povos em torno de uma agenda de paz e solidariedade.

Alguns exemplos disso são: o apoio à criação e instalação do Foro Consultivo de Municipalidades, Estados, províncias e departamentos do Mercosul; o Protocolo de Cooperação entre Estados e Municípios brasileiros e Regiões e municipalidades Italianas; as políticas de desenvolvimento das regiões de fronteira; a constituição de comitês binacionais de cooperação descentralizada com a França e a Itália.

No âmbito das negociações comerciais, dois fatos indicam claramente a mudança de postura em relação aos governos anteriores:

a) a paralisação das negociações que pretendiam resultar na criação da Área de Livre Comércio das Américas. É importante considerar o papel que teve, neste sentido, a ação dos presidentes dos países do Mercosul que, na Reunião de Cúpula de Mar del Plata, realizada em fins de 2005, colocaram um freio que acreditamos definitivo nas pretensões do governos dos Estados Unidos de viabilizar a ALCA. O papel do Brasil foi crucial;

b) as negociações da "Rodada de Doha", onde a ação do governo brasileiro e dos governos do Mercosul tem sido decisiva para enfrentar os interesses dos EUA e da União Européia.

c) a aposta firme e consistente do Governo Lula na ampliação do leque de relações comerciais, investindo pesadamente em aumentar o intercâmbio com países da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio. Essa política foi exitosa, não só pelo aumento expressivo, identificando novos mercados e novos fornecedores,

mas também por que contribui para a chamada nova geografia comercial.

Apesar de seu incontestável sucesso, essa política foi muitas vezes criticada com o argumento de que as pessoas pobres não têm o que comprar, em mais uma demonstração de preconceito e distorção de visão do mundo. Inclusive porque o governo Lula nunca trabalhou essa abertura para outros países fora do eixo da OCDE, em contraposição às relações com Europa, EUA e Japão, mas sempre como adicional. O resultado é o expressivo aumento nas relações comerciais com resultados históricos.

O Presidente Lula lançou, logo no início de seu governo, a iniciativa internacional Ação Global contra a Fome e a Pobreza, a qual mobilizou vários outros Presidentes e o próprio Secretariado-Geral da ONU.

Ao colocar a questão da fome e pobreza na agenda política internacional em todos os fóruns possíveis, desde o Fórum Social Mundial, a Assembléia Geral da ONU, o Fórum de Davos, entre outros, o Governo Lula se posicionou de forma propositiva no campo internacional contra as políticas internacionais das forças hegemônicas, particularmente ao afirmar em todas essas ocasiões que a verdadeira guerra que deve ser travada é aquela contra a fome e a pobreza, porque contribuirá de forma eficaz e sustentada contra a violência. Foi também no âmbito da iniciativa da Ação Global contra a Fome e a Pobreza que o Presidente Lula re-inseriu na agenda política internacional a questão do combate à evasão de divisas (paraísos fiscais) e, sobretudo, da taxação dos fluxos financeiros internacionais, para mobilizar os recursos necessários

para o combate à fome e pobreza no mundo. Essa iniciativa teve menos atenção da imprensa e dos formadores de opinião dentro do Brasil do que teve lá fora, o que dificultou o conhecimento para um público mais amplo.

Por último, cabe mencionar o esforço do Governo Lula de abrir a política internacional para outros atores. Além do apoio para ações dos governos locais, já mencionado, houve um esforço para envolver as entidades da sociedade civil nos mais variados aspectos da formulação e execução das políticas internacionais. Isso vale para as negociações na OMC, no Mercosul, mas também para muitos outros fóruns. Espera-se que o segundo governo Lula amplie e consolide esta participação social na esfera da política internacional.

Princípios da política de relações internacionais do PT

O PT é um partido internacionalista, antiimperialista e socialista. Luta por democracia, soberania e igualdade. Luta por uma nova ordem internacional, pela paz mundial e pela integração continental. Busca construir, em escala internacional, uma nova hegemonia, baseada no multilateralismo.

Estas grandes diretrizes se traduzem nos seguintes “princípios” de nossa política de relações internacionais.

Uma postura internacionalista, antiimperialista e socialista.

O PT busca fomentar, no povo brasileiro, valores e práticas de solidariedade internacionalista, com as lutas por democracia, por

soberania nacional e por igualdade social em todas as partes do mundo.

Já no Manifesto de Fundação do PT e em sua Carta de Princípios, o PT afirma sua “solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”. O documento “O Socialismo Petista” (1990) diz que o PT “apoiará ativamente a autodeterminação de todos os povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente”.

Partindo da fraternidade universal dos povos, afirmamos o valor estratégico do internacionalismo. Tal perspectiva ganha força ao pensarmos na multiplicidade de iniciativas em favor de uma nova ordem mundial, constituindo o internacionalismo como fruto de diálogos entre os diversos atores e sujeitos políticos, sociais e culturais.

O internacionalismo e a solidariedade internacional incluem as lutas de cunho planetário, em torno da preservação do meio ambiente e da paz mundial.

O Foro de São Paulo, a Aliança Social Continental, o Fórum Social Mundial, as iniciativas de integração regional e tantas outras, ao congregarem partidos, movimentos e governos (em seus diversos níveis), articulam lutas e demandas locais, nacionais, regionais e mundiais, permitindo tecer alianças rumo a um outro mundo, que pretendemos seja socialista.

O PT faz, em todos os terrenos em que atua, uma crítica e uma oposição permanentes ao imperialismo. O PT mantém relações permanentes com partidos, organizações, movimentos e intelectuais comprometidos com a luta pelo socialismo, sempre preservando sua independência, seu não-alinhamento e seu pluralismo ideológico.

O PT estimula a participação de seus governantes, parlamentares e militantes no FSM, no FAL e no FALP, tendo como perspectiva consolidar este espaço público internacional de luta contra o neoliberalismo.

A defesa da paz mundial

O PT defende a solução negociada dos conflitos internacionais, uma nova ordem econômica mundial, o direcionamento dos gastos com pesquisa e venda de armamentos para o combate à pobreza e à fome, o aumento dos investimentos em educação e saúde. O PT defende o desmantelamento dos arsenais nucleares, o fim das pesquisas e desenvolvimento de quaisquer tipos de armas de destruição em massa.

O PT se opõe a toda forma de terrorismo, inclusive ao terrorismo de Estado.

Apoiamos a criação do Estado palestino, o desmantelamento dos assentamentos israelenses nos territórios da Cisjordânia, o reconhecimento mútuo por todas as forças políticas envolvidas e o fim dos ataques mútuos.

Exigimos o fim da ocupação estadunidense no Iraque e no Afeganistão, que mergulhou os dois países numa situação de destruição e guerra civil.

Respeito à soberania e autodeterminação dos povos e nações.

Defendemos o direito de todos os povos à autodeterminação e consideramos a o respeito à soberania nacional um princípio inquestionável de nossa política internacional. Assim, apoiamos:

- a luta pela independência de Porto Rico;
- a constituição de um Estado livre e independente para o povo saaraui, a República do Saara Ocidental;
- a constituição do Estado palestino, da forma já citada anteriormente.

Defendemos Cuba e as conquistas sociais da Revolução Cubana, especialmente contra o bloqueio que se estende por já quase 50 anos.

Enfatizamos a necessidade de organismos internacionais baseados no compromisso com a construção de “outro mundo possível” e no respeito a soberania nacional, substituindo e/ou reformando profundamente os organismos internacionais hoje existentes, controlados em geral pelas grandes potências, em particular pelos Estados Unidos.

A reforma democrática das instituições internacionais.

A luta por um mundo mais justo e menos desigual passa necessariamente por reformas profundas no funcionamento e nos

objetivos das instituições criadas no pós-guerra, para responder aos interesses do capitalismo pós-segunda guerra mundial.

O PT busca se articular e juntar forças nos debates e nas mobilizações pelo aprofundamento da reforma da ONU e das instituições financeiras internacionais, entre as quais o FMI e o Banco Mundial. É preciso aumentar o peso dos países do Sul e da sociedade civil, aumentar a capacidade de coordenação da ONU e redirecionar os objetivos das instituições internacionais, para priorizar a luta contra as crescentes desigualdades econômicas e sociais e a luta contra a fome e a pobreza. Isto implica, entre outros, apoio às campanhas pela taxaço dos fluxos financeiros internacionais como também pelo respeito às normas trabalhistas, por um trabalho decente.

Defesa da integração regional.

Defendemos a integração regional com vistas ao fortalecimento político, econômico, social e cultural dos povos latino-americanos. Esta integração é condição para a nossa afirmação, já que sozinhos nossos povos não podem lograr o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável, solidário e que satisfaça suas necessidades.

Desde a “Carta de Curitiba”, criticamos o caráter excludente, antidemocrático e neoliberal que assumiu em sua fase inicial o Mercosul.

A partir de 2003, com a eleição de governos progressistas, ganharam força visões e práticas que colocam a integração regional

como elemento-chave para construir alternativas ao modelo neoliberal. Desde então, assistimos a luta vitoriosa de partidos, movimentos e governos contra a implantação da ALCA; assistimos, também, a avanços como a ampliação do Mercosul, a criação do FOCEM, do Fórum Consultivo de Municípios e Estados, a instalação do Parlamento Mercosul, dentre outros.

Para seguir avançando, é imprescindível levar em conta as particularidades locais e nacionais, superar as assimetrias no interior de cada país e entre estes, implementar mecanismos de participação da sociedade civil – incluindo os partidos políticos – e concretizar projetos de integração física, energética e financeira.

Afirmamos a importância de uma articulação crescente das iniciativas de integração existentes (MERCOSUL, CAN, UNASUL, ALBA e TCP), por sua complementaridade, tendo em vista as distintas realidades e ritmos próprios de cada país.

Alianças e relações Sul-Sul.

Defendemos a ampliação das relações entre os países em desenvolvimento, buscando fortalecer as posições destes perante os órgãos internacionais e nas discussões de políticas que influenciam diretamente no seu processo de desenvolvimento econômico e social. Acreditamos também que esta diversificação em nossas relações possa diminuir nossa dependência em relação aos países centrais.

Neste sentido, apoiamos e defendemos o fortalecimento das relações com o continente africano, baseadas na cooperação e em nossos laços históricos e culturais.

Apoiamos também a aproximação com os países árabes e iniciativas como a realização da I Cúpula América do Sul - Países Árabes, em Brasília no ano de 2005.

Seguindo ainda o princípio de ampliação das alianças e das relações sul-sul, apoiamos as relações estratégicas que o Governo Lula estabeleceu com Rússia, Índia, China e África do Sul.

Ressaltamos a necessidade de promover e consolidar o diálogo, não só entre os Governos destes países, mas especialmente entre os partidos políticos de esquerda e movimentos sociais destas nações que, inspirados por valores democráticos e internacionalistas, possam contribuir ativamente ao multilateralismo.

Direitos humanos econômicos, culturais, ambientais e sociais.

Defendemos incondicionalmente os Direitos Humanos, em suas vertentes política, social, econômica, cultural e ambiental.

Defendemos políticas ambientais que busquem uma relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza. Apoiamos o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias para uma economia sustentável. Apoiamos a ampliação das pesquisas e comércio de biocombustíveis, desde que não provoquem danos trabalhistas e ambientais, nem produzam concentração de riqueza e propriedade em mãos privadas. Defendemos o Protocolo de Kyoto.

Enfatizamos a proteção da biodiversidade e da sócio-diversidade (povos originários, indígenas e quilombolas). Apoiamos as lutas globais contra a fome, a miséria e a pobreza. Apoiamos políticas que levem a uma melhor distribuição da renda gerada, no intuito de diminuir a pobreza e a fome mundiais. Defendemos a soberania e segurança alimentar dos povos.

Diante da força dos fenômenos migratórios, defendemos a discussão de uma Lei Geral de Migrações, que se traduza na proteção dos direitos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil e na elaboração de políticas públicas para o atendimento de suas demandas, inclusive a ampliação do direito de voto e de representação política.

Nesse sentido, é importante para os brasileiros no exterior criar uma Secretaria Especial de Apoio aos Brasileiros no Exterior no Governo Federal; reativar os Conselhos de Cidadãos; existir um recadastramento eleitoral permanente e comunicação efetiva das embaixadas e consulados com os brasileiros; fazer acordos bilaterais entre Estados nacionais; reconhecer o direito à nacionalidade para os descendentes de brasileiros nascidos no exterior; erradicar o tráfico e aliciamento de brasileiros e criar um setor jurídico de apoio, uma ouvidoria e programas de formação técnica para os funcionários nos serviços consulares.

Defendemos, ainda, a assinatura, pelo governo brasileiro, da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, da ONU, e dos convênios da OIT sobre os trabalhadores migrantes (n. 97) e sobre as migrações em condições abusivas e a promoção de

igualdade de oportunidades e de tratamento aos trabalhadores migrantes (n.143).

Atribuições, funcionamento e plano de trabalho da SRI

A Secretaria de Relações Internacionais do PT (SRI) tem as seguintes atribuições:

1) contribuir para que o conjunto do Partido dos Trabalhadores, em particular sua direção nacional, elabore e aplique uma política internacional compatível com as resoluções dos encontros e congressos partidários;

2) manter um acompanhamento constante da situação internacional (através de atividades de reflexão, interface com instituições especializadas, reuniões com organizações internacionais, visitas periódicas a embaixadas, acompanhamento da imprensa internacional, envio e recepção de delegações internacionais);

3) fortalecer a presença do PT no mundo, através dos núcleos, da difusão de material partidário, do contato com os meios de comunicação, do envio e recepção de delegações internacionais, da presença partidária em eventos internacionais. Organizar visitas periódicas aos partidos amigos, bem como a países de importância estratégica. Implementar a presença e a atuação sistemática do PT nos países governados por partidos amigos, com destaque para a América Latina e Caribenha. Acompanhar os organismos internacionais que reúnem partidos políticos, com destaque para o Foro de São Paulo;

4) estimular a militância, no PT, de estrangeiros residentes no Brasil e que, em seus países, militam em partidos amigos do PT. Cooperar com os partidos amigos, nos processos eleitorais em que têm direito a voto os estrangeiros residentes no Brasil e os brasileiros com dupla nacionalidade;

5) acompanhar as atividades internacionais desenvolvidas por petistas (em governos, nos parlamentos, movimentos sociais e núcleos de petistas no exterior). Apoiar o funcionamento dos núcleos dos petistas no exterior, no trabalho de difusão das posições partidárias, no cadastramento eleitoral de brasileiros, nas campanhas em defesa dos direitos dos residentes no exterior, no contato com as organizações amigas, no contato com as embaixadas;

6) estimular a articulação dos governos municipais e estaduais dirigidos por petistas, no sentido de promover a construção de unidade ideológica e política de nossas gestões, a partir da troca de experiências e avaliação da agenda das instâncias de cooperação descentralizada (por exemplo, Mercocidades, União de Cidades e Governos Locais - CGLU e Rede URB-AL - União Européia). Para tanto, a SRI deve ampliar a articulação dos secretários ou responsáveis por relações internacionais dos governos petistas. Deve, também, elaborar um guia de relações internacionais dos governos locais, como forma de capilarização social dos princípios da política de relações internacionais do PT e de ampliação e qualificação dos setores responsáveis por relações internacionais nos governos petistas. Cabe à SRI, ainda, apoiar técnica e politicamente o grupo de secretários e responsáveis por relações

internacionais, na discussão de um marco legal para a cooperação descentralizada, debatendo o tema com nossos parlamentares, visando assegurar uma tramitação rápida e aprovação pelo Congresso Nacional.

7) desenvolver, em conjunto com a secretaria nacional de formação política e com a Fundação Perseu Abramo, um trabalho de capacitação da militância no que toca aos temas internacionais. Preservar a memória da atuação do PT nas relações internacionais;

8) implementar ou participar de campanhas de massa, envolvendo temas internacionais. Estimular a difusão, no PT, do internacionalismo, da solidariedade, da defesa da integração continental, da luta pela paz, do anti-imperialismo e do socialismo.

A SRI deve organizar, uma vez ao ano, ao menos uma Conferência de petistas que atuam em relações internacionais, para debate e troca de informações. A SRI deve realizar reuniões periódicas em todas as regiões do país. E promover, também periodicamente, debates e atividades formativas com a participação de nossos partidos amigos.

A SRI deve realizar reuniões periódicas com os militantes que atuam com RRII no governo federal, nos governos estaduais, nos governos municipais, nos parlamentos, nos movimentos sociais e movimento altermundista. A SRI deve articular sua atuação com as demais secretarias nacionais do PT que têm atuação internacional sistemática, tais como juventude, assuntos institucionais, combate ao racismo e sindical. A SRI deve organizar visitas periódicas as embaixadas estrangeiras no Brasil, bem como manter um

acompanhamento da atuação das embaixadas brasileiras no exterior.

A SRI deve produzir, mensalmente, um texto de análise e informação sobre a situação internacional, a exemplo do boletim Periscópio Internacional (www.fpa.org.br). E deve produzir, também mensalmente, um texto de análise e informação sobre a situação brasileira, também a exemplo do boletim Periscópio Internacional, voltado para os partidos amigos. Compete a SRI, em acordo com a secretaria nacional de comunicação, monitorar os meios de comunicação estrangeiros (no que falam do PT e do Brasil), bem como as editoriais internacionais dos meios de comunicação atuantes no país.

A SRI deve organizar uma rotina de viagens internacionais de dirigentes do Partido, com base no plano político aprovado pelo 3º Congresso do PT, dando ênfase para aqueles países governados por partidos de esquerda e progressistas; para aqueles de grande importância estratégica; para aqueles onde a esquerda possui grande força política e eleitoral. Faz parte desta rotina acompanhar as reuniões do Foro de São Paulo e as iniciativas relacionadas a integração continental (Parlamento, Cúpulas sociais, reuniões de chefes de Estado).

À SRI compete implementar, em comum acordo com os núcleos de petistas no exterior, as campanhas eleitorais do PT no exterior, bem como propor à direção do Partido a política a adotar no caso das eleições em outros países, nas quais brasileiros de dupla nacionalidade podem votar. Compete a SRI, igualmente, propor à

direção do PT a tática do Partido nas eleições para organismos internacionais (como o Parlamento do Mercosul).

A SRI, enquanto o PT for escolhido para esta tarefa pelo FSP, será encarregada de manter a secretaria executiva do Foro de São Paulo.

A SRI é composta: a) por dirigente indicado pelo Diretório Nacional; b) por uma equipe de assessoria; c) pelo coletivo de SRI indicados pelas direções estaduais; d) por um coletivo de colaboradores (com reuniões descentralizadas em São Paulo, em Brasília e noutras cidades onde for necessário).

Desde sua criação, a SRI já foi dirigida por: Luís Eduardo Greenhalgh, Francisco Weffort, Marco Aurélio Garcia, Aloizio Mercadante, Paulo Delgado e Paulo Ferreira.

Plano de trabalho 2007-2010

Cabe ao Diretório Nacional elaborar o plano de trabalho da SRI, com base nas resoluções políticas e organizativas do 3º Congresso, observando a evolução da situação internacional.

Dentre as prioridades para o próximo período, o Congresso aponta as seguintes:

1. Mobilização internacional convocada pelo FSM em 26 de janeiro de 2008.

2. Fórum Social Mundial no Pará, em 2009, precedido pelo Fórum Social das Américas, na Guatemala, em outubro de 2008.

3.XIV Encontro do Foro de São Paulo, em 2008, em Montevideu.

4.XV Encontro do Foro de São Paulo, em 2009, em Cidade do México..

5.As eleições que ocorrerão, nos vários países da América Latina e Caribenha, de aqui até 2010. No caso da eleição do Paraguai, devemos dar atenção especial para o debate em torno de Itaipu. No caso da eleição de El Salvador, é fundamental a solidariedade do PT com a Frente Farabundo Marti.

6.A eleição presidencial brasileira de 2010. O debate sobre a política externa do governo Lula terá forte destaque. Cabe à SRI organizar, em 2009, uma conferência de relações internacionais, para aprovar um documento de balanço da política externa.

7.A eleição para o Parlamento do Mercosul.

8.A ampliação das relações com a África.

9.A quinta edição do Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul.

Atuação sindical nacional do PT

O PT nasceu das lutas dos trabalhadores brasileiros contra a ditadura militar, o arrocho salarial, em defesa dos direitos da população mais pobre, exigindo políticas públicas do Estado, e

lutando pela construção de outra sociedade, justa e igualitária. Um partido da classe trabalhadora, de combate, de luta.

Sua personalidade fortemente anti-capitalista fez do PT a principal força política de esquerda do Brasil, uma das principais da América Latina e uma das referências da esquerda e dos trabalhadores no mundo contemporâneo.

Somos fruto do amadurecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, que compreenderam a necessidade de uma organização capaz de operar as transformações no Estado, de maneira a atender às suas demandas, na perspectiva de um projeto alternativo de poder, que pressupunha construir um país soberano, democrático e com justiça social. A construção do partido representou a organização de um novo instrumento de intervenção social e política que, até então, não existia, nos moldes sonhados por aquela militância.

Passados 27 anos, após a eleição de milhares de parlamentares nas três esferas, a conquista de centenas de governos municipais, alguns governos estaduais e do governo federal, vivemos numa conjuntura doméstica e internacional absolutamente diferente daquela da criação do PT. A riqueza de origens permitiu ao partido construir um comportamento em relação aos movimentos sociais que significou enorme avanço na compreensão da sua importância estratégica, distanciando-se da forma de agir que os partidos populistas ou da esquerda tradicional sempre tiveram, inaugurando uma nova maneira de relacionamento com a população organizada.

O companheiro Lula é resultado destas lutas e desse acúmulo. Uma liderança política das mais representativas e legitimadas da história republicana que, depois de mais de duas décadas de combate nos movimentos sociais e nos espaços institucionais, chegou (e nós todos chegamos juntos) ao governo central do Brasil. Foi nas lutas que nos forjamos e tornamo-nos alternativa à agenda privatizadora dos governos anteriores, vencendo duas eleições onde a burguesia e sua mídia tudo fizeram para nos derrotar.

Nosso governo enfrenta uma dupla pressão. De um lado as forças conservadoras que tudo fazem para manter a agenda derrotada nas eleições de 2006, e de outro a base social que construiu e elegeu o PT. Embora compreendamos a difícil correlação de forças na nossa sociedade, somos de opinião que, em hipótese alguma, é possível nos submetemos à agenda derrotada e menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados.

Quando nascemos, tínhamos nos operários, trabalhadores rurais e demais trabalhadores organizados, nos estudantes, nos setores médios e no funcionalismo público, nossa base social. A partir do primeiro governo Lula, essa base se ampliou. Hoje somos um partido que é referência para as amplas massas de trabalhadores excluídos e desempregados. Os pobres têm no governo Lula uma expectativa de respostas às suas necessidades e reivindicações, pela sua origem social e pela identidade de classe.

O PT se construiu democraticamente pela base, nos núcleos, no debate democrático. Hoje no governo, o PT não pode perder suas raízes sociais e combativas, pois nos movimentos sociais e na luta do povo estão os alicerces da sustentação e defesa de um governo

comprometido com as reivindicações dos trabalhadores. Temos no país um governo em disputa, num terreno em que a luta de classes está viva, e a justificativa da governabilidade (aliança com outras forças para garantir base de apoio parlamentar) não pode servir para descaracterizar nossas propostas e concepções.

Nosso partido, ao chegar ao governo, não pode menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados. Nossos parlamentares e dirigentes não podem esquecer suas origens, pois em sua maioria são oriundos dos movimentos populares ou sindicais e sempre estiveram engajados nas mobilizações dos trabalhadores.

O primeiro mandato de Lula representou um marco na relação do governo federal com a sociedade civil organizada, que passou a ser respeitada, legitimada e valorizada. O governo reconheceu o papel das entidades sindicais, por meio das quais faz a interlocução com o mundo do trabalho. Ao abrir espaço à participação popular, o nosso governo promoveu a socialização do poder. Esta participação não escamoteou os conflitos, ao contrário, permitiu que eles aflorassem, exigindo do governo mais presteza no atendimento das reivindicações e dos movimentos, grande amadurecimento ao se apropriarem das informações do Estado.

Os avanços que os movimentos sociais obtiveram com o governo Lula não têm paralelo na história, embora a nossa expectativa fosse bem maior. Na área trabalhista, houve uma série de conquistas, como a criação de mais de cinco milhões de empregos formais, a recuperação da renda, a elevação do salário mínimo e uma política de valorização permanente, a correção da tabela do

Imposto de Renda, a aprovação do Estatuto do Idoso, a facilitação de crédito para trabalhadores com desconto em folha, que fez aumentar o consumo, e a produção. Tivemos os projetos de acesso ao primeiro emprego, à qualificação profissional e o combate ao trabalho escravo e infantil.

O fato do primeiro mandato de Lula ter sido melhor do que qualquer outro governo que o antecedeu não pode ser usado para esconder que existiram muitas insuficiências e equívocos na sua condução política e administrativa. A criação da Lei de Falências e do Super Simples sem qualquer diálogo com a CUT e a relação conflituosa com o funcionalismo público federal são alguns exemplos de ações e comportamentos políticos do nosso governo que poderiam ter sido melhores.

A nossa sociedade é composta de mais de um lado e nós sabemos, exatamente, de que lado estamos. Sempre que necessário iremos às ruas para barrar ameaças de golpe e garantir a governabilidade. Entretanto, não vamos titubear em também ir às ruas para defender os avanços que julgamos imprescindíveis, neste segundo mandato, e protestar contra medidas que possam causar prejuízos aos trabalhadores.

Consideramos necessário aprofundar a mobilização social, o diálogo com os setores desorganizados e criarmos formas de potencializar suas demandas, de maneira a tensionar o governo para a esquerda, pois, com certeza, outros pressionarão no sentido contrário. Um importante instrumento para isto é a constituição de mecanismos de controle social, com a realização de conferências e constituição de conselhos com caráter deliberativo, independência

financeira e maioria de representantes de trabalhadores e usuários, garantidos por lei. O movimento sindical tem papel fundamental nessa ação e os petistas que lá atuam devem contribuir de maneira sistemática e organizada para essa disputa.

Devemos contribuir criticamente com as agendas positivas do nosso governo, somando-nos aos projetos e ações que, de maneira inequívoca beneficiam os trabalhadores e a população mais pobre. O PAC aponta para mudanças significativas, pois possui elementos importantes para contribuir com a superação do conservadorismo econômico, colocando o Estado no papel de indutor do crescimento.

No entanto, a concordância com a concepção geral do PAC não implica concordância com todas as suas medidas integrantes. É necessário debater temas como o endividamento dos estados, o tamanho do superávit primário, a política de concessões ao capital privado e a ausência da cobrança de contrapartidas sociais. Existem, além disso, diversas medidas negativas embutidas no Plano, como a que congela os gastos no serviço público nos próximos dez anos (PLP 01/2007). Não podemos esquecer que o PAC é produto da política de coalizão na qual se apóia o governo Lula e, portanto, é um projeto em disputa por diversos setores sociais com interesses contraditórios.

Relação dos Sindicalistas com o PT e o Governo

Os militantes sindicais petistas sempre defenderam (e continuam defendendo) que um ativista partidário deve atuar nas organizações de classe disputando as propostas mais adequadas

para o avanço da categoria, mas compreendendo que estas organizações devem ser independentes do Estado e dos partidos, ter sua dinâmica própria, e não aceitarem ser transformadas em “correias de transmissão” da ação partidária ou estatal.

É consenso, que o partido necessita “ouvir” e estar sempre em contato com as organizações de luta dos trabalhadores, de maneira a não se limitar à ação institucional, que é fundamental, mas insuficiente para garantir a verdadeira participação democrática da população, que se dá por meio do movimento organizado. O movimento sindical, pode ser uma “sementeira” de militantes, que no processo de crescimento político se tornam lideranças partidárias e da sociedade como um todo, qualificando e ampliando a luta, ocupando espaços no Executivo e no Legislativo, porém mantendo o vínculo e o compromisso com suas bases.

O excesso de autonomia das nossas bancadas e o fato de se nortearem pela lógica dos mandatos, em detrimento das demandas do Partido e da sociedade civil organizada, têm causado sérios prejuízos na conquista de direitos, combate às injustiças e na luta por uma sociedade socialista. A relação com o Partido, à medida que conquistamos espaços na institucionalidade, também foi se distanciando. Hoje, nos deparamos com um verdadeiro fosso entre militantes do partido com atuação voltada para a estrutura partidária ou parlamentar e àqueles que optaram por atuar no mundo sindical. Necessitamos, com urgência, vencer esse distanciamento e voltarmos a ter uma atuação conjunta, coesa e colaborativa.

A presença de militantes petistas em todas as instâncias da CUT e na direção da maioria dos sindicatos brasileiros é um dos grandes diferenciais do PT. Esta militância plural ajudou o partido a crescer, a ponto de ter se transformado na agremiação política mais importante do país e ter conquistado o governo central. O movimento sindical, sem sombra de dúvidas, é o segmento organizado com maior peso na história do Partido e um dos responsáveis pela capilaridade do partido pelo país afora.

Entendemos que a organização dos setoriais foi uma decisão acertada e resultado do acúmulo coletivo ao longo destes anos todos. É uma das formas da militância atuar no partido de maneira orgânica, qualificada, promovendo a interação que enriquece, tanto o partido, como os movimentos sociais. O PT por outro lado, como partido de massas, tem um papel fundamental na institucionalidade, dando voz e estabelecendo pontes com o movimento social que, em contrapartida, contribui para a oxigenação das instâncias partidárias e sua relação mais íntima com a população organizada.

Durante nossas atividades sindicais, nos deparamos com a contradição de defendermos um governo comprometido com os trabalhadores, mas que, por outro lado, não consegue superar rapidamente a enorme dívida social, que o movimento sindical, legitimamente, cobra. Enfrentamos, também, a instrumentalização que os opositores do governo - à esquerda e à direita - fazem deste conjunto de dificuldades com objetivos eleitoreiros ou por disputa de suas posições no interior do movimento. É nesse novo quadro político que o petista com atuação no movimento sindical

exerce a sua militância e, muitas vezes, se depara com situações de grande conflito.

A experiência acumulada e as posições que historicamente defendemos permitem que, hoje, a nossa atuação se dê a partir de premissas tais como: autonomia dos movimentos frente ao partido e ao governo, compreensão que este governo é uma conquista dos próprios movimentos, certeza que os petistas devem continuar contribuindo para a politização dos movimentos, e a compreensão de que são naturais as críticas ao governo pelo não atendimento de determinadas reivindicações. Apesar disso, a discussão sobre a intervenção dos petistas no movimento sindical não está devidamente consolidada, dando espaço para o voluntarismo, a falta de norte e visão unitária, permitindo divisões ou disputas entre petistas.

A outra face desta mesma moeda é a incorporação pelo partido das demandas sindicais. As teses sobre concepção e prática dos sindicalistas precisam voltar a serem assumidas pelo conjunto do partido, pois são proposituras elaboradas a partir da experiência concreta e do compromisso ideológico de quem milita na área. O partido precisa voltar a assumir e se empenhar em lutas importantes do movimento sindical, como a luta pela alteração da estrutura sindical vigente e pela democratização dos meios de comunicação.

Nossas Prioridades para o Próximo Período

Luta pelo Desenvolvimento e distribuição de renda

É importante lutarmos contra os aspectos negativos do Plano de Aceleração do Crescimento e o aprofundamento dos positivos, tais como os projetos referentes à bioenergia - a exemplo do biodiesel e do etanol - intimamente ligados à reforma agrária e à agricultura familiar. O PAC tem diversos aspectos positivos que poderão ser ampliados se as seguintes medidas forem tomadas:

- Retirada do PLC 01/2007, mecanismo de limitação das despesas com funcionalismo para cada um dos poderes da União e sua discussão na mesa nacional de negociação permanente;
- Fixação de metas de emprego e formalização do trabalho;
- Participação das centrais sindicais no comitê gestor para acompanhamento e avaliação dos projetos de investimento;
- Instauração de comissões setoriais tripartites para acompanhamento dos projetos de investimento e de concessões de incentivos fiscais;
- Estabelecimento de novas regras para o uso do FGTS, com a participação das centrais sindicais no órgão gestor do Fundo de Investimento e garantia de um retorno anual financeiro mínimo para os recursos que serão utilizados pelo Fundo;
- Inclusão de metas para as políticas sociais que contribuam para acelerar o crescimento e o emprego;
- Desconcentração da posse da terra, mantendo as famílias no campo, via Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, além do fomento

de crédito, apoio técnico, formação profissional e organização em cooperativas;

- Redução constitucional da jornada de trabalho sem redução de salário;
- Participação das entidades sindicais, representativas dos trabalhadores na construção civil, no acompanhamento das metas de emprego, na formalização do trabalho e que também garantam que os incentivos concedidos se reflitam, na devida proporção, na queda dos preços de imóveis acabados e de material de construção civil;
- Estabelecer uma política creditícia que contemple a participação de todo o sistema bancário no financiamento dos projetos listados no PAC e aqueles dele derivados; que institua mecanismos que obriguem os bancos a reduzirem o **spread** e as tarifas bancárias; que ampliem e estendam o crédito direcionado para empresas geradoras de emprego e, por extensão, renda aos trabalhadores.

Organização Partidária

Reafirmamos a importância estratégica dos setoriais como interlocutores privilegiados do partido junto a esses movimentos e como espaço de elaboração teórica. Valorizar a participação dos sindicalistas e ativistas de outros segmentos na estrutura do partido é dar-lhes instrumentos para contribuir nas decisões.

Para avançarmos na organização do movimento sindical no interior do partido e dos petistas que atuam no movimento sindical pretendemos desenvolver as seguintes ações:

- Retomada dos núcleos de base por categorias profissionais, ou por local de trabalho, como maneira de garantir a efetiva participação dos ativistas sindicais de base na vida orgânica do partido e para que este volte a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores;
- Fortalecimento das secretarias sindicais estaduais e dos coletivos, cobrando do partido o reconhecimento e a valorização política dos secretários e dos coletivos sindicais;
- Busca constante da unidade entre os petistas, em especial nas eleições sindicais (sempre respeitando a autonomia sindical), evitando que militantes do partido participem de chapas que se opõem;
- Cobrar o envolvimento de todo o partido, principalmente de suas instâncias de direção, nas eleições sindicais, apoiando as chapas de petistas e contribuindo para a busca da unidade dos militantes partidários no interior do movimento;
- Realização de outras conferências nacionais, precedidas de conferências estaduais, de maneira a debatermos com mais freqüência no interior do partido os assuntos que dizem respeito ao mundo do trabalho;
- Cobrança, das direções partidárias e das bancadas, de uma relação mais próxima dos vereadores, deputados estaduais, federais e senadores com o movimento sindical de maneira a evitar que estes defendam propostas em contradição com as lutas e as demandas do movimento sindical combativo;

- Lutar para que os encontros setoriais voltem a eleger delegados, com direito a voz e voto, para os encontros partidários nos níveis municipal, estadual e nacional;
- Cobrar das bancadas petistas nas casas legislativas e dos nossos parlamentares com atuação em comissões de trabalho, previdência, orçamento e temas correlatos com o mundo do trabalho que passem a ter uma relação mais próxima e institucional com o Movimento Sindical;
- Cobrar das instâncias de direção partidária que orientem os gestores petistas a implementarem mesas de negociação permanente nas três esferas de poder, assim como que as nossas administrações incorporem as propostas da CUT de combate às práticas anti-sindicais.

O que Vamos Defender no Interior do Movimento Sindical

Não podemos, e não queremos, criar uma “camisa de força” para a militância, mas compreendemos que são necessários alguns pontos estratégicos consensuais em torno dos quais a atuação dos petistas se dêem. Esses pontos podem ser tanto bandeiras de luta que nos unifiquem como posições semelhantes dentro da central. Precisamos retomar o orgulho de nos apresentarmos nos movimentos sociais com cara própria, defendendo propostas e contribuindo com o avanço das lutas com nossas experiências. Somos a favor de reformas que ampliem os direitos dos trabalhadores e a democracia, valorizem o trabalho e promovam distribuição de renda. Em hipótese alguma aceitaremos qualquer redução de direitos, em especial no que diz respeito ao direito de

greve e à livre organização sindical. Nesse sentido, nos propomos a lutar por:

- Fim do Imposto Sindical, de maneira que a contribuição dos trabalhadores aos seus sindicatos seja resultado da ação da entidade, sua capacidade de organização e negociação e não devido a imposições legais;
- Direito irrestrito de negociação e greve, contra o interdito proibitório; combate às práticas anti-sindicais em âmbito federal, estadual, municipal, na iniciativa privada e no Poder Judiciário;
- Federalização dos crimes contra sindicalistas e anistia aos trabalhadores, da administração direta, de estatais e da iniciativa privada demitidos por suas atividades sindicais;
- Revogação da resolução 9/96, que limita os direitos dos trabalhadores;
- Ratificação das convenções 87, 151 e 158 da OIT que tratam da liberdade e autonomia sindical;
- Garantia, por lei, de organização nos locais de trabalho;
- Contrato Coletivo Nacional, promovendo isonomia salarial e evitando a migração de empresas para regiões menos organizadas, com o objetivo de superexplorar os trabalhadores;
- Desenvolvimento de uma política para os trabalhadores informais;
- Regulamentação do artigo 40 da Constituição Federal para os trabalhadores em áreas insalubres ou perigosas;
- Apoio às greves dos serviços públicos e privados;

- Implementação da Convenção 138 da OIT, que estabelece a idade mínima para começar a trabalhar;
- Implementação das convenções 29, 100, 111 e 115 que tratam da discriminação racial no trabalho;
- A Conferência Sindical Nacional reivindica que os militantes anti-racismo que participarão através das suas entidades do VI ENSAR defendam a construção da Secretaria de Combate ao Racismo na CUT;
- Impedimento a qualquer forma de discriminação no trabalho;
- Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- Que os Programas de Demissão Voluntária - PDVs no serviço público ou na iniciativa privada só se efetivem se resultado de acordo com o sindicato da categoria, decidido em assembléia;
- Reforçar a campanha do partido pela humanização das relações de trabalho
- Previdência pública universal, com ampliação de direitos e fim do fator previdenciário;
- Cobrança dos devedores da Previdência Social;
- Apoio às lutas gerais dos aposentados;
- Aprovação de uma Reforma Tributária que desonere a produção e as pessoas físicas, cobrando mais de quem tem mais, menos de quem tem renda média e isentando uma quantidade maior de cidadãos que ganham menos, sem que haja redução no recolhimento do FGTS e INSS;
- Taxação das grandes fortunas e heranças, encabeçando uma campanha de massas para buscar apoio de outros segmentos sociais, exigindo maior rigor na taxação do capital financeiro e para que a contribuição dos empregadores seja sobre o lucro, aumentando a arrecadação da Previdência, incentivando a

formalização das relações de trabalho e a contratação de novos trabalhadores;

- Ampliação do Conselho Monetário Nacional - CMN, democratizando as decisões sobre taxa de juros e investimento do País, que, no nosso entendimento, não têm caráter apenas técnico, mas de opções de política econômica;
- Por um serviço público de qualidade, combatendo qualquer forma de terceirização e privatização no serviço público (inclusive as Fundações Estatais e Organizações Sociais de Direito Privado);
- Combater qualquer outra forma de contratação no serviço público que não seja feita através de concurso público e, na forma do regime jurídico único;
- Qualificação e requalificação dos trabalhadores em serviços públicos e contra a retirada de quaisquer direitos;
- Reforma política e do Poder Judiciário, combate à corrupção, pela ética e transparência dos poderes executivos, legislativo e judiciário;
- Ampla campanha em defesa dos bancos públicos federais, combate à reestruturação do Banco do Brasil;
- Suspensão imediata dos leilões de petróleo;
- Engajamento na construção do plebiscito pela anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce;
- Valorização da escola pública e da qualidade de ensino, contra qualquer forma de privatização do ensino público, promovendo uma mobilização nacional envolvendo a sociedade civil organizada, garantindo-lhe espaços de participação e fiscalização;

- Consolidação do SUS - Sistema Único de Saúde - com base no fortalecimento dos princípios de unidade, integralidade, equidade e controle social. Contra as formas diretas - e indiretas - de terceirização dos serviços de saúde, inclusive através das chamadas organizações sociais ou fundações estatais;
- Construção de mecanismos de participação e controle popular, dos trabalhadores e usuários, de maneira a impedir gestões autoritárias como de algumas super intendências do INSS, DRTs, etc.
- Integração dos povos da América Latina, que poderá se dar através do Mercosul, promovendo uma discussão aprofundada para que este se torne um instrumento de integração solidária dos povos, construção de nações soberanas, de melhora das relações de trabalho no continente e defesa do meio ambiente;
- Defesa do meio ambiente, saúde dos trabalhadores e da população em geral, vítimas da degradação ambiental;
- Pelos direitos humanos, contra a violência policial e a promiscuidade entre as forças de repressão e os interesses de empresas privadas;
- Convocação, pela sociedade civil organizada e o governo federal, de uma Conferência sobre a Democratização dos Meios de Comunicação;
- Formação de um Conselho da TV pública composto de representantes da sociedade civil organizada e não apenas de “notáveis”, como consta na proposta original;
- Engajamento na construção e fortalecimento da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais).

Estratégias para Renovação das Lideranças Sindicais do PT

Um dos grandes problemas que enfrentamos entre a militância sindical petista é o envelhecimento das lideranças. Já é grande o número de dirigentes sindicais com mais de 50 anos, aposentados ou em vias de se aposentar. Por outro lado, a entrada de novos militantes tem sido menor do que o necessário para substituir os veteranos.

É urgente para a sobrevivência das nossas propostas políticas - do Movimento Sindical e do PT - a renovação das lideranças. Para tanto, é necessário que sejam desenvolvidas ações coordenadas para aproveitar o potencial dos jovens petistas com atuação no movimento sindical. Assim, devemos desenvolver as seguintes ações no âmbito do partido e da central:

- Criar mecanismos e instâncias de participação efetiva dos jovens nos sindicatos e nas instâncias sindicais superiores, possibilitando que o tema da juventude seja prioritário;
- Investimento em atividades culturais e esportivas nos sindicatos;
- Oferecimento de cursos e seminários de formação profissional e política, de maneira a qualificar os novos quadros políticos;
- Abertura de espaço nas organizações por local de trabalho, na diretoria dos sindicatos e da CUT para os jovens;
- Absorção das bandeiras de luta da juventude pelo movimento sindical;

- Estreitamento da relação do movimento sindical com as organizações juvenis, tais como a UNE, a UBES, o movimento Hip Hop etc.
- Criação (ou fortalecimento) de instâncias específicas nos sindicatos e da CUT, que tratem da questão da juventude;
- Investir na formação político-ideológica dos militantes petistas como mecanismo de renovação de mentes e corações.